

Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Reforma tributária: cashback em discussão 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Restituição deve ser declarada e não aumenta imposto a pagar; saiba como fazer 4

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Política econômica no tapetão (Editorial) 5

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita garante crédito tributário a contribuinte 6

O GLOBO - RJ - ESPORTES
SEGURIDADE SOCIAL

Governo poderá paralisar apostas e reter prêmios 8

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

MP para regulamentar aposta digital vai taxar empresa e ganhador 11

O ESTADO DE S. PAULO - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Presidencialismo de confusão (Artigo) 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Governo trabalha por placar alto na votação da regra 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma beneficiará "todos os setores", diz Appy 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Brasil vê novas exigências da UE e vai conversar com Mercosul 17

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

lista de receitas para resultado primário pode somar R\$ 127 bi 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária, hora de pensar no bem da sociedade (Artigo) 22

FOLHA ONLINE - SP - GOVERNO LULA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Líder do bloco de Lira cobra Lula na articulação política e liberação de emendas 24

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Jatinhos de famosos, como o de Zé Felipe, têm cobrança de IPVA? 27

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Brasil ficou menos desigual em 2022 porque triplicou o Bolsa Família, não porque melhorou (Artigo)

.....	28
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Concentração de renda cai, mas abismo entre ricos e pobres permanece - MERCADO S/A	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Rendimento dos mais pobres dobra, mas é inferior a R\$ 90 por pessoa.....	31
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Haddad busca apoio dos EUA para crise argentina.....	32
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Estabilização da Argentina é problema nosso, sim! - ANDRÉ RONCAGLIA.....	34
O ESTADO DE S. PAULO - OPINIÃO ECONOMIA	
O Congresso cumpre seu papel (Editorial).....	35
VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL ECONOMIA	
Alimentos e tarifas podem pressionar inflação para baixo.....	36
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA ECONOMIA	
PT critica cortes e relator adia arcabouço.....	38
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO ECONOMIA	
Congresso pode aprimorar o novo regime fiscal (Editorial).....	39
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Inflação, meta e arcabouço fiscal dominam reuniões do BC.....	41

Reforma tributária: cashback em discussão

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Camilla Cavalcanti defende subsídio da cesta básica por cashback

**ÂNDREA MALCHER TAÍSA MEDEIROS HENRIQUE
LESSA**

Um dos principais tópicos a ser estruturado na proposta da **Reforma Tributária**, o cashback foi tema, na manhã de ontem, do Grupo de Trabalho (GT) criado especialmente para debater a proposta na Câmara dos Deputados. O mecanismo, no qual os **tributos** de itens essenciais serão devolvidos às pessoas mais pobres, pode impactar cerca de 72 milhões de brasileiros.

Para os que tentam encampar a reforma, essa é a solução para reduzir a desigualdade no país. A diretora da Secretaria Extraordinária da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Camilla Cavalcanti, participou da audiência pública na Câmara. Ela explicou que as definições sobre a implementação do cashback dependerão do Congresso Nacional.

Por outro lado, a diretora apontou que a pasta tem defendido a criação de um "modelo puro", sem desoneração da cesta básica - o que tornaria a medida mais progressiva. Essa definição deve incluir também as classes médias. Segundo Cavalcanti, a medida não estará restrita aos inscritos no CadÚnico ou aos beneficiados pelo Bolsa Família. "A classe média não vai pagar toda a conta como vem sendo colocado", disse.

O secretário extraordinário de **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, também comentou o cashback em evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), ontem. Ele

afirmou que teve uma reunião com representantes dos Estados e **Receita Federal** para discutir o desenho operacional do mecanismo previsto na **reforma tributária**. "Lembrando que ele pode ser um desconto na boca do caixa. Não preciso esperar arrecadar para depois devolver. Especialmente no Brasil é muito fácil de fazer isso", frisou.

Appy reiterou a defesa do mecanismo e ressaltou que o modelo auxiliará na regressão tributária. "O efeito final do cashback é mais positivo do ponto de vista social e mais positivo do ponto de vista da demanda de alimentos", argumentou o secretário.

Cesta básica

A tributação dos alimentos também foi tema de discussão no Grupo de Trabalho. Foi discutida a possibilidade de retirar uma série de produtos de luxo que são considerados na tributação como cesta básica. Por conta dessa tipificação, eles pagam menos **impostos** no país. Exemplos desses produtos são queijo brie, foie gras e salmão.

Na audiência, o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, apontou que paralelo a isso há uma alta carga tributária de itens nacionais. "O alimento produzido no Brasil é um dos que mais paga imposto no mundo: 24,4% é a média da carga tributária dos alimentos industrializados no país", destacou.

A coordenadora-geral de Doenças e Agravos Não-Transmissíveis da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Letícia de Oliveira Cardoso, também participou da sessão e defendeu medidas de tributação para a redução do consumo de produtos nocivos à saúde, como, por exemplo, álcool e tabaco e excesso de açúcar.

"São necessárias. São os mais determinantes, porque as pessoas não escolhem viver mal porque elas querem viver mal, elas escolhem por conta de um ambiente e de uma necessidade financeira. Esse impacto é maior para populações mais vulneráveis", ressaltou.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/12/all.pdf>

Restituição deve ser declarada e não aumenta imposto a pagar; saiba como fazer

O contribuinte que recebeu restituição do Imposto de Renda em 2022 deve informar o valor na declaração de 2023, caso seja obrigado a enviar seus dados para a **Receita Federal**. Porém, a quantia não fará diferença no cálculo do IR deste ano, já que ela não é tributável.

O valor também não entra na lista de itens que permitem dedução. "Apesar disso, é importante declarar para a Receita saber a origem dos seus rendimentos, mesmo porque a Receita sabe que você recebeu este valor, pois ela foi a origem", afirma o contador Edilson Conrado Ferreira Junior, vice-presidente do CRC-RJ (Conselho Regional de Contabilidade do Rio de Janeiro).

A restituição deve ser informada em "Rendimentos Isentos e Não Tributáveis". Clique em "Novo", selecione a linha 25 (Restituição do imposto sobre a renda de anos-calendário anteriores) e coloque o valor pago pela Receita em 2022.

Se você caiu na malha fina em anos anteriores e recebeu a restituição em 2022, some tudo e informe ao fisco. O contribuinte deve declarar o que recebeu efetivamente de restituição, já que o valor é maior do que o informado ao declarar, pois a quantia tem correção da taxa Selic. Se o contribuinte pagou imposto no ano passado, não precisa declarar.

Para quem optar pela declaração pré-preenchida, a informação sobre a restituição paga já constará no documento deste ano automaticamente.

No ano passado, cerca de 20,7 milhões de declarações (56,96% do total) receberam restituição, enquanto mais de 7,3 milhões (20,18% do total) pagaram imposto à Receita.

A restituição é a devolução do valor de imposto pago a mais pelo contribuinte durante o ano-calendário, que é o ano anterior ao da entrega da declaração. Os cálculos para saber se há imposto a restituir, se o saldo é zerado ou se é necessário pagar IR são feitos pelo próprio programa, conforme são inseridos os rendimentos e os gastos.

Serão pagos cinco lotes de restituição em 2023, de maio a setembro. O primeiro será liberado em 31 de maio, último dia de prazo para envio da declaração.

Os contribuintes com prioridade que entregaram o IR até 10 de maio devem receber no primeiro lote.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50274&maxTouch=0>

Política econômica no tapetão (Editorial)

Está rendendo frutos a estratégia da União de buscar recursos para tentar realizar o ajuste fiscal por meio de vitórias em processos judiciais e medidas aprovadas pelo Congresso. Mas o fato de o governo contar com essa forma de aumentar sua receita expõe a falta de uma política econômica sustentável no médio e longo prazos.

Desde que enviou ao Congresso o arcabouço fiscal, em abril, tornou-se explícita a intenção da equipe econômica de basear o equilíbrio das contas no dinheiro que entrasse nos seus cofres como resultado de julgamentos ou votações que envolvem questões tributárias.

Um levantamento de decisões nesse sentido anunciadas nas últimas semanas indica que as vitórias do governo federal resultariam numa receita extra de mais de R\$ 120 bilhões.

Esse valor é, potencialmente, o que os contribuintes teriam que pagar à **Receita Federal** com os novos entendimentos em disputas nos tribunais ou decisões de congressistas. Sabe-se, porém, que é longo o caminho para que um novo entendimento tributário resulte efetivamente na entrada de dinheiro nos cofres públicos - em alguns casos, as medidas ainda podem ser contestadas ou é preciso esperar para o detalhamento das normas. E sempre pode se imaginar que especialistas em planejamento tributário podem encontrar brechas nos detalhes das regras.

Os ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, afirmaram que algo como R\$ 120 bilhões seria a receita adicional necessária para fechar as contas deste ano. O arcabouço está calçado mais em aumento das receitas do que em cortes de despesas - e esse é um dos pontos do projeto mais criticados por economistas que defendem rigor fiscal.

Na quarta-feira, o Senado regulamentou o pagamento de **impostos** sobre as transações entre empresas no Brasil e no exterior, que pode resultar num ganho fiscal de até R\$ 23 bilhões. Mais significativa foi a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) de exigir que as empresas paguem **impostos** federais nos casos de benefícios fiscais concedidos pelos Estados. Esse processo pode elevar a arrecadação da União em R\$ 90 bilhões. Também no STJ, duas outras decisões atenderam aos pedidos da União em casos envolvendo servidores do Judiciário e do Ministério Público e pagamentos de **tributos** por empresas que

seguem o regime do lucro presumido.

Não é ilegal ou impróprio que a União busque ganhar processos que possam acarretar em ganhos fiscais.

Num país em que a judicialização, mesmo de pequenas causas, aumentou muito, especialistas calculam que o Supremo poderá julgar, neste ano, uma pauta tributária em que os principais processos teriam um impacto de mais de R\$ 600 bilhões neste e nos próximos anos.

A escolha desse caminho não deveria, no entanto, substituir uma política econômica consistente, que sobreviva por anos e que não dependa dos humores dos juízes ou de congressistas. No Brasil, não é infrequente que decisões judiciais, mesmo aquelas tomadas pelas Cortes superiores, sejam reformadas depois de algum tempo. É temerário, portanto, sustentar o ajuste fiscal numa aposta repleta de riscos.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20230512>

Receita garante crédito tributário a contribuinte



"O crédito foi utilizado em tratados como mecanismo para estimular investimentos"
Gustavo Haddad

Bárbara Pombo De Brasília

A **Receita Federal** publicou um entendimento benéfico para empresas situadas no Brasil que prestam serviços e assistência técnica para clientes na Espanha. O posicionamento é no sentido de que o crédito fictício a que elas têm direito por força de tratado contra bitributação firmado entre os dois países é válido mesmo que o rendimento não seja tributado no exterior.

Esse crédito fictício previsto no tratado Brasil-Espanha é tomado com alíquota de 25% e pode ser compensado no recolhimento do Imposto de Renda (IRPJ) e da CSLL, que somam 34%. Logo, a empresa situada no Brasil paga, na prática, 9% sobre os rendimentos auferidos.

O entendimento da Receita vincula todos os auditores fiscais do país. Está previsto na Solução de Consulta nº 74, da Coordenação-Geral de Tributação (Cosit), publicada recentemente.

De acordo com o Fisco, "trata-se de uma exceção à regra geral", que admite a compensação de **tributos** apenas efetivamente pagos. "A exigência da apresentação de documentos comprobatórios do pagamento do tributo não faz sentido diante de um crédito que deve ser concedido independentemente de qualquer recolhimento", afirma a Receita, no

documento.

O Fisco respondeu a questionamento de uma empresa de tecnologia da informação que faz parte de um grupo multinacional situado no Brasil e que presta serviços para a indústria financeira. O contribuinte informa que presta serviços técnicos na área de TI para parte relacionada localizada na Espanha.

Segundo advogados tributaristas, o mesmo raciocínio aplicado ao caso da Espanha se aplica à prestação de serviços técnicos feitos por empresa brasileira na Coréia do Sul, no Equador e nas Filipinas. A alíquota do crédito é de 20% no caso da Coreia do Sul e de 25% nos casos de Equador e Filipinas.

Os tratados do Brasil com esses países também estipulam o uso recíproco do crédito fictício como uma via de mão dupla entre os países, explica Gustavo Haddad, sócio do Lefosse Advogados. "Historicamente, o crédito foi utilizado como mecanismo em tratados para estimular o investimento de países desenvolvidos em países em desenvolvimento", afirma.

Vários tratados assinados pelo Brasil nas décadas de 1970 e 1980 com países europeus o preveem - como Holanda e França. Mas, normalmente, com a sua concessão apenas pelo outro país, não pelo Brasil, segundo Haddad.

"Em alguns poucos tratados, como o da Espanha, o outro país exigiu reciprocidade, pelo que o Brasil concedeu o crédito fictício também", diz o advogado.

Ainda na solução de consulta, a **Receita Federal** registra outra posição favorável aos contribuintes. Afirma que não existe prazo para usar o crédito fictício. Mas, acrescenta, as empresas devem utilizá-lo a partir do primeiro ano em que auferirem lucro, até se esgotarem os valores compensáveis.

"O crédito é compensável a partir da apuração do lucro real correspondente ao balanço levantado em 31 de dezembro do ano-calendário referente às respectivas receitas. Caso não seja possível a compensação, por inexistência de lucro real, o direito poderá ser exercido nos períodos de apuração subsequentes. Presentes as condições exigidas, não é cabível a postergação da compensação", diz o órgão.

Paulo Duarte, advogado tributarista e sócio do escritório Stocche Forbes, alerta que o contribuinte precisa registrar que possui o crédito fictício na Escrituração Contábil Fiscal (ECF) e tem um tempo para essa tarefa. "Depois que fez esse registro não há prazo para compensar. Existe um limite de tempo para registrar, mas não para usar o crédito", explica.

De acordo com Duarte, a solução de consulta prevê que a conversão do crédito fictício a ser compensado deve ser na mesma data da conversão dos rendimentos. "Portanto, se os rendimentos foram contabilizados em dezembro de 2022, o crédito fictício do imposto precisa acompanhar a mesma data e também ser registrado nela", diz.

"O crédito foi utilizado em tratados como mecanismo para estimular investimentos" Gustavo Haddad

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50274>

Governo poderá paralisar apostas e reter prêmios

MANOEL VENTURA (Colaborou Gabriel Sabóia, de Brasília)

O Ministério da Fazenda divulgou ontem a proposta do governo para regulamentar o mercado de apostas esportivas no país. Ela será enviada ao Congresso como medida provisória (MP), com validade imediata a partir da publicação - o que ainda não aconteceu - e prazo de 120 dias para aprovação dos deputados e senadores. Um dos itens do texto, obtido em sua íntegra pelo GLOBO, estabelece que, se houver evidências de manipulação de resultados ou outras fraudes semelhantes, a pasta poderá determinar, cautelarmente, a suspensão de apostas e retenção do pagamento de prêmios relativos ao evento suspeito.

De acordo com a proposta, os eventos esportivos objeto de apostas deverão contar com ações de mitigação de manipulação de jogos e de corrupção. A exploração do setor fica condicionada à adoção e implementação da política, e de procedimentos de controle interno, visando a prevenção à lavagem de dinheiro, bem como à manipulação e outras fraudes.

A MP já estava em discussão, mas foi acelerada depois que a Justiça de Goiás aceitou denúncia do Ministério Público contra 16 investigados na operação Penalidade Máxima II, que apura indícios de manipulação de partidas, entre eles sete jogadores.

Além da Fazenda, os ministérios do Planejamento, Gestão, Saúde, Turismo e Esportes assinam o texto. Assim, todas pastas terão a possibilidade de editar portarias para criar mecanismos que evitem e coibam os casos de manipulação de partidas. Pela proposta, administradores e funcionários das próprias casas de apostas, menores de 18 anos, agentes públicos e indivíduos ligados às entidades esportivas, como dirigentes, treinadores e atletas, ficam proibidos de fazer apostas.

TAXAÇÃO DAS EMPRESAS

O governo ainda não tem clareza sobre quanto pode arrecadar, porque se trata de um mercado ainda não regulado e sobre o qual há poucas informações, mas dados recebidos das empresas indicam que o valor poderia girar de R\$ 12 bilhões a R\$ 15 bilhões. A MP prevê ainda que as empresas do setor serão taxadas em 16% sobre o IGGR (receita obtida com todas as

apostas feitas, subtraídos os prêmios pagos). Sobre o dinheiro recebido pelos apostadores serão tributados 30% de Imposto de Renda, respeitada a isenção de R\$2.112,00.

Essa parte da proposta não agradou muito aos empresários que exploram as apostas esportivas, segundo Wesley Cardia, CEO da Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL): -O texto está muito próximo do que a gente sabia que iria acontecer. Atende à maioria dos nossos anseios, trabalhamos muito por isso, para chegar em um texto que fosse conveniente para o governo e para as casas de apostas. A MP está bem estruturada. Onde estão os problemas? Na tributação. Ainda é um fator complicado porque entendemos que está além do que deveria estar. Dezesesseis por cento do IGGR não é 16% do IGGR. Além disso tem imposto de renda, PIS/CONFINS e **INSS**. Então sobe para cerca de 28% a 30%, o que fica bem acima do aceitável, que é 24%.

A MP estabelece também que somente as empresas habilitadas poderão receber apostas relacionadas a eventos esportivos oficiais, organizados por federações, ligas e confederações. E que elas deverão promover ações informativas e preventivas de conscientização de apostadores e de prevenção do transtorno do jogo patológico. "A iniciativa visa a garantir a saúde mental dos apostadores, evitando que as apostas se transformem em um vício", diz a proposta.

CPI DAS APOSTAS

Políticos dados como certos na CPI das Apostas afirmam que todos os jogadores já citados em investigações por supostas fraudes em partidas de futebol e os dirigentes dos seus respectivos clubes serão intimados a depor na comissão. A CPI não tratará apenas de casos da Série A. Na avaliação de nomes que já estudam o tema, a elite do futebol, embora mais midiática, pode concentrar um número menor de casos. As investigações desta frente, portanto, também focariam nas Séries BeC.

Ao GLOBO, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou que todas as CPIs abertas devem ser instaladas na próxima semana. A expectativa é de que ele dê andamento a estas Comissões a partir da terça-feira, data limite para apresentação do relatório final do

Arcabouço Fiscal, tema caro ao governo.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20230512>

PRINCIPAIS PONTOS DA MP DAS APOSTAS



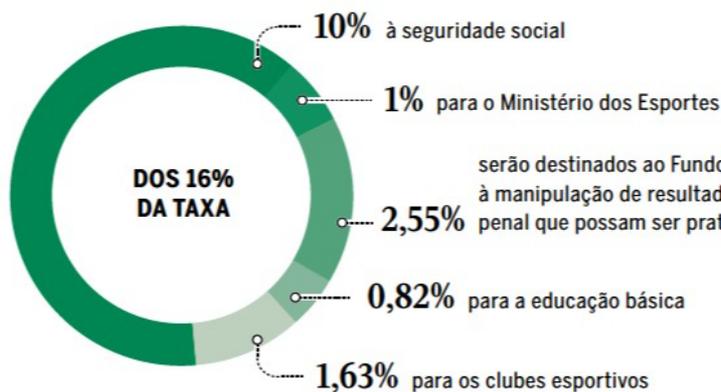
Empresas serão taxadas em **16%** sobre a receita obtida com todos os jogos feitos, subtraídos os prêmios pagos aos apostadores.



Ministérios terão a possibilidade de editar portarias para **criar mecanismos** que evitem e coibam os casos de manipulação de resultados.



MP estabelece que se houver evidências de manipulação de resultados ou outras fraudes semelhantes o Ministério da Fazenda poderá determinar, cautelarmente, a **imediate suspensão** de apostas e a retenção do pagamento de prêmios relativos ao evento suspeito.



Tributo de **30%** de Imposto de Renda sobre o prêmio recebido pelo apostador (respeitada a isenção de **R\$ 2.112,00**).



Empresas de apostas deverão promover **ações informativas e preventivas** de conscientização de apostadores e de prevenção do transtorno do jogo patológico.



Dirigentes, técnicos e atletas **proibidos** de fazerem apostas.



Fazenda prevê arrecadar entre **R\$ 12 bilhões** e **R\$ 15 bilhões** com as apostas on-line.

Editoria de Arte

MP para regulamentar aposta digital vai taxar empresa e ganhador



O advogado Fabiano Jantalia, especialista em direito de jogos: "A principal preocupação dos agentes é a tributação"

Estevão Taiare Guilherme Pimenta De Brasília

A medida provisória que tratará da regulamentação de apostas esportivas virtuais foi encaminhada nesta quinta-feira, 11, pelo Ministério da Fazenda para outras cinco pastas: Planejamento e Orçamento; Gestão e Inovação em Serviços Públicos; Saúde; Turismo; Esportes. Com a regulamentação, o governo tenta dar transparência, estabelecer diretrizes e elevar a arrecadação com a tributação das bets. A informação foi divulgada pela própria pasta, que desenvolveu o desenho da norma na Secretaria de Reformas Econômicas, comandada por Marcos Barbosa Pinto.

"Após avaliação e assinatura das pastas, a proposta será encaminhada à Casa Civil", disse a Fazenda. Segundo a pasta, a MP "vai garantir mais confiança e segurança aos apostadores, graças à transparência das regras e à fiscalização". Hoje, as casas eletrônicas funcionam no Brasil sem regulamentação - os sites, por sua vez, são hospedados no exterior.

A nota do ministério foi divulgada após vir à tona o escândalo envolvendo manipulação de resultados em jogos do campeonato brasileiro de futebol. A Polícia Federal e o Ministério Público de Goiás investigam o caso.

Uma minuta da regulamentação começou a circular

entre especialistas, mas essa versão não é declarada oficial pela Fazenda - o texto pode mudar após a análise da Casa Civil. Segundo essa proposta, quem infringir a legislação pode ser multado em até R\$ 2 bilhões. Para a fiscalização, a minuta também prevê a criação de até 80 cargos.

O texto estabelece que as empresas serão taxadas em 16% do "gross gaming revenue", que "é a receita obtida com todos os jogos feitos, subtraídos os prêmios pagos aos jogadores". Dos 16%, 2,55 pontos percentuais serão destinados ao Fundo Nacional de Segurança Pública, "para ações de combate à manipulação de resultados, à lavagem de dinheiro e demais atos de natureza penal que possam ser praticados no âmbito das apostas ou relacionados a ela".

Além disso será realizada a destinação de 0,82 ponto percentual para a educação básica, 1,63 ponto percentual para os clubes esportivos, 10 pontos percentuais para a **seguridade social** - essa, de acordo com especialistas, uma das novidades no texto divulgado ontem. Por último, 1 ponto percentual será destinado para o Ministério dos Esportes.

Outra cobrança estabelecida pela MP prevê que prêmio recebido pelo apostador "será tributado 30% de Imposto de Renda, respeitada a isenção de R\$ 2.112".

A MP prevê ainda criação de uma secretaria, dentro do Ministério da Fazenda, que será responsável pela análise de documentos para aprovação ou não do credenciamento das empresas de apostas. A secretaria "também acompanhará o volume de apostas e a arrecadação, garantindo maior controle sobre o mercado", diz o texto.

"Somente as empresas habilitadas poderão receber apostas relacionadas a eventos esportivos oficiais, organizados por federações, ligas e confederações", diz a minuta. "Empresas não habilitadas incorrerão em práticas ilegais e estarão proibidas de realizar qualquer tipo de publicidade, inclusive em meios digitais".

O Valor apurou que o governo federal avalia a criação, no futuro, de órgão regulador específico para esse mercado, que tende a crescer.

O advogado Fabiano Jantalia, especialista em direito de jogos, avalia que a nota da Fazenda deve ser vista como um sinal político de que a regulamentação das apostas esportivas atingiu "maturidade" dentro do governo. "A principal preocupação dos agentes é a tributação. É preciso entender melhor como serão calculados os 16% de GGR, com melhor avaliação quando o texto da MP for publicado."

Eric Hadmann Jasper, advogado e professor de direito econômico, destaca que a nota divulgada pelo governo também trata de regras gerais sobre obtenção de licenças, publicidade, meios de pagamento e os ilícitos administrativos, deixando os detalhes para posterior regulamentação pelo Ministério da Fazenda.

A respeito da fiscalização, ele aponta a necessidade da criação da autoridade nacional para regular o setor. "E terá que fazê-lo com estrutura robusta de pessoal, pois é um mercado já vigoroso e que tende a crescimento no Brasil", avaliou. "Além disso, será interessante observar a interação dessa norma com a nova Lei Geral do Esporte, que ainda vai à sanção presidencial", complementou.

A MP estabelece que as empresas de apostas "deverão promover ações informativas e preventivas de conscientização de apostadores e de prevenção do transtorno do jogo patológico". "A iniciativa visa a garantir a saúde mental dos apostadores, evitando que as apostas se transformem em um vício", disse a Fazenda.

Já em relação às regras de comunicação, publicidade e marketing, como horário de veiculação de propagandas e formato de anúncios on-line, a pasta informou que elas serão elaboradas em parceria com o Conselho Nacional de Autorregulação Publicitária (Conar).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187542>

Presidencialismo de confusão (Artigo)

Fernando Gabeira

Um dos temas da análise política hoje é a formação da base do governo no Congresso.

Aliás, esse é um tema permanente em nossa democracia e já foi objeto de estudo específico, resultando dele o conceito de presidencialismo de coalizão. Desde quando formulado pelo cientista político Sérgio Abranches, em 1988, a relação governo com o Congresso já passou por inúmeras controvérsias, do mensalão ao orçamento secreto.

Na aparência, ao menos, é um problema insolúvel. O governo precisa formar uma coalizão de partidos para realizar seus objetivos, dando em troca cargos e recursos.

Um obstáculo para contentar esta coalizão é o fato de que os partidos não são estruturados em torno de um programa político claro. Em muitos casos, sobretudo agora, tornaram-se partidos após a fusão de forças diferentes. Oferecer um cargo a um determinado partido nem sempre significa alinhamento, porque muitos setores e indivíduos dentro do próprio partido não se sentem contemplados.

Da mesma forma, a distribuição de recursos por meio de emendas parlamentares é uma tarefa difícil. O orçamento secreto resolveu o problema, mas criou outros muito maiores.

Por meio dele, os deputados eram contemplados pessoalmente e destinavam o dinheiro com liberdade. O resultado foi não só uma dispersão perdulária, como também um atentado à Constituição, pela falta de transparência.

Existe um outro fator importante neste presidencialismo de coalizão: o fator simbólico, no sentido de que, além de cargos e dinheiro, os congressistas exigem atenção do próprio presidente.

Nos termos da situação confusa brasileira, o caminho ideal era não somente sistematizar o encontro com parlamentares, mas também tentar definir um caminho mais produtivo para a distribuição de cargos e verbas.

Os cargos deveriam ser distribuídos, mas com uma condição: a de que o novo ocupante tivesse alguma intimidade com o tema. De um modo geral, esse quesito é desprezado sob o argumento - um pouco onipotente - de que o quadro político se adapta a

qualquer situação.

Da mesma forma, o uso das emendas parlamentares não deveria ser pulverizado. Se todo esse dinheiro fosse de alguma forma articulado com os gastos dos programas nacionais do governo, a eficácia seria muito maior. Neste caso, governo e Congresso investiriam na mesma direção, conseguindo muito mais qualidade no gasto.

Interessante acentuar que, mesmo em condições ideais de distribuição de cargos e recursos, além da corte aos congressistas, o governo tem limites claros.

Mesmo com a formação ideal de uma base, o Congresso não funciona como uma página em branco na qual o governo pode inscrever qualquer roteiro.

Ninguém mais do que Bolsonaro abriu mão dos recursos colocando-os, em grande parte, nas mãos dos presidentes da Câmara e do Senado, por meio do orçamento secreto. No entanto, Bolsonaro jamais conseguiu avançar sua pauta comportamental no Congresso. Havia uma barreira intransponível.

Isso não significa que uma pauta comportamental simetricamente oposta à de Bolsonaro consiga abrir caminho, sobretudo agora, com a nova composição.

Significa apenas que existem limites e que o Congresso, ainda que não defina com clareza, acaba funcionando como uma espécie de baliza.

A situação do governo atual parece que pode esbarrar também em alguns limites. Mesmo distribuindo cargos e recursos, há temas que se tornam tabus.

Um deles é reverter processos como o Marco do Saneamento ou a privatização da Eletrobras.

Aparentemente, os limites **impostos** à pauta comportamental de Bolsonaro podem surgir, agora, como limites a projetos reestatizantes na economia.

Não se sabe claramente qual o peso que os deputados deram ao conteúdo do decreto sobre o Marco do Saneamento ao derrotá-lo na Câmara. O que pesou mais: a tendência a fortalecer as estatais ou o fato de um decreto ter alterado o trabalho de todos os parlamentares?

Ainda há um tempo para decantar essas decisões de uma legislatura que apenas começa.

Naturalmente que a forma de decreto teve um peso na rejeição.

Mas o conteúdo estatizante, a julgar pelo resultados das urnas, pode viver o mesmo drama que a pauta comportamental de Bolsonaro viveu no passado.

Ainda é muito cedo para cravar uma interpretação sobre o futuro. As dificuldades de trabalhar com os partidos tornaramse mais ásperas depois que alguns deles se fundiram. O costume do orçamento secreto, no qual cada um usava o dinheiro das emendas como queria, ainda é uma herança maldita.

O que parece, no entanto, mais promissor é exatamente o leque dos grandes projetos econômicos, como o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**. Neste campo, pode haver algumas divergências, mas o impulso geral é o de resolver logo para que o País volte a crescer.

As chances de uma relação produtiva entre governo e Congresso, dentro dos limites do sistema político-partidário do País, ainda existem. Caberá ao governo localizar exatamente onde é possível avançar e onde quebrar a cabeça representa apenas um desgaste inútil. Apesar de muito confusa, existe uma correlação de forças e não se deve nunca deixar de analisá-la com cuidado.

As chances de uma relação produtiva entre governo e Congresso, dentro dos limites do sistema político-partidário do País, ainda existem

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Governo trabalha por placar alto na votação da regra

MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA

Os aliados do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Câmara trabalham para que a votação da nova âncora fiscal obtenha um placar elevado, como forma de dissolver a imagem de que o governo não tem apoio para votar temas relevantes, como a **reforma tributária**.

A ideia é ecoada principalmente no PSB, partido que integra a base governista, que sonha com um placar próximo a 315 votos favoráveis. Por ser um projeto de lei complementar, o texto precisa ser aprovado por maioria absoluta na Câmara, ou seja, 257 votos.

"As duas votações estão casadas", afirma o deputado Jonas Donizette (PSB-SP). "Se o governo aprovar o arcabouço fiscal e a **reforma tributária**, ganha uma estabilidade muito grande." O próprio relator do arcabouço na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), fez um paralelo entre as duas votações em evento da Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), na última terça-feira. Ele é do mesmo partido do presidente da Câmara, Arthur Lira (PPAL), e disse que há compromisso do comandante da Casa em aprovar as duas medidas.

Em uma projeção ambiciosa, Cajado arriscou que as duas votações poderiam fazer com que a taxa básica de juros (Selic) - hoje em 13,75% ao ano - recuasse a um dígito.

A previsão otimista é recebida com menos entusiasmo entre setores do PT e do PSOL, que veem riscos de a nova regra fiscal prejudicar o governo Lula, ao barrar excessivamente os gastos.

O PSOL ainda não prometeu entregar todos os 14 votos na Câmara e, no PT, um grupo considerado minoritário - entre 68 deputados - não concorda que a regra seja mais rígida do que o proposto pelo Ministério da Fazenda.

Segundo um deputado que pediu para não ser identificado "nem todo mundo que votar a favor do arcabouço fiscal está com o governo" e "nem todo mundo que votar contra está contra o governo".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo/20230512>

Reforma beneficiará "todos os setores", diz Appy

I BRUNO LUIZ/SÃO PAULO, ANTONIO TEMÓTEO e FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA

O secretário extraordinário da **reforma tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, disse que, para tributar menos um serviço de streaming como a Netflix, será preciso cobrar mais **impostos** de outros setores da economia. Ele usou o exemplo para alertar sobre os riscos da criação de diversas alíquotas diferenciadas e para mostrar como o setor de serviços é heterogêneo.

"Por que serviço de streaming paga menos imposto do que uma camisa? É grande produtor, empresa estrangeira, Netflix. Honestamente, não vejo por que não pagar o mesmo que uma camisa. Se eu for tributar menos Netflix, terei um imposto mais alto para todo o resto, para poder manter a carga tributária", disse em evento da Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

Ele também usou o exemplo do serviço de aluguel de automóveis, que paga menos **impostos** do que a venda. Para ele, essa é uma diferenciação que não se justifica e causa distorções na economia.

Appy disse que todos os setores da economia serão beneficiados com a mudança no sistema, mas que não pode garantir que todas as empresas serão beneficiadas.

"Não posso dizer que todas as empresas do País serão beneficiadas com a reforma, mas todos os setores terão benefícios", disse.

"AGRO EXPORTARÁ MAIS".

O secretário citou o agronegócio e os serviços, dois dos setores mais resistentes à proposta nos moldes atuais e que pleiteiam tratamento diferenciado, com alíquotas específicas.

"Garanto que o agro não será prejudicado na **reforma tributária**."

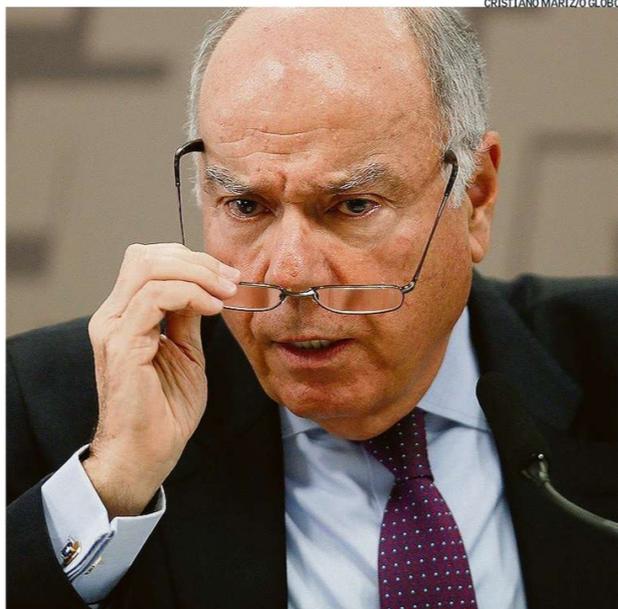
Com a reforma, o resultado será aumento da competitividade brasileira do setor", disse Appy. Ele argumentou que, ao mudar o sistema tributário, o agronegócio passará a exportar mais e haverá aumento da demanda por alimentos no mercado

interno.

Em relação ao ato cooperativo, Appy disse que o governo trabalha em um modelo em que nem todo produtor terá de virar Pessoa Jurídica (PJ).

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/oglobo/20230512>

Brasil vê novas exigências da UE e vai conversar com Mercosul



Mauro Vieira: exigências da UE elevam compromissos no Acordo de Paris

Vandson Lima De Brasília

O ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, afirmou ontem que o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) terá de fazer uma reavaliação os demais países do Mercosul das condições para o acordo comercial entre o bloco sul-americano e a União Européia.

Segundo o chanceler, um documento adicional apresentado pelos europeus recentemente traz condições bastante rígidas em relação a compromissos ambientais, podendo inclusive gerar a aplicação de sanções ao Brasil. Por isso, a ideia é apresentar uma contraproposta aos europeus. "Estamos reavaliando o acordo. O documento é extremamente duro e difícil", apontou Vieira em audiência na Comissão de Relações Exteriores (CRE) do Senado.

"Só agora, nos últimos dias de abril, ou primeiros dias de maio, a União Européia apresentou o documento adicional. Esse documento é extremamente duro e difícil, criando uma série de barreiras e possibilidades, inclusive, de retaliação, de sanções com base em uma legislação ambiental europeia extremamente rígida e complexa de verificação. Isso pode ter prejuízos enormes. Isso aumenta inclusive os compromissos, por exemplo, no Acordo de Paris, os compromissos que o Brasil vai respeitar e vai fazer", apontou.

O acordo Mercosul-UE é negociado desde 1999. Em 2019, primeiro ano da gestão do então presidente Jair Bolsonaro (PL), os dois blocos anunciaram a conclusão da negociação entre áreas técnicas - o que foi celebrado na época pelo governo como um feito da nova gestão.

Contudo, a formalização do acordo não ocorreu e, com o aumento do desmatamento verificado nos anos seguintes, os europeus anunciaram que enviariam uma "side letter" - que é o documento ao qual o chanceler faz referência, com novas e complexas exigências e que estaria criando empecilhos para o prosseguimento do acordo.

Na audiência, Vieira também deu detalhes da atuação brasileira para cumprir os requisitos necessários ao ingresso na Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele ressaltou, contudo, que o processo é complexo, sem perspectiva de conclusão no curto prazo. "Por coincidência, estive com o n-2 da OCDE em julho do ano passado, em uma conferência na Croácia. Ele me comentou, muito satisfeito, que seria anunciado muito em breve o convite ao Brasil e outros países. Perguntei, 'quanto tempo leva isso?'. Ele disse: no mínimo, de quatro a seis anos", relatou Vieira.

"É um processo de negociação complexo, porque pode incluir modificações em legislações tributárias e outras, que justamente estão sendo votadas nessa casa", disse, fazendo referência à proposta de **reforma tributária**, atualmente em discussão na Câmara dos Deputados.

Sobre o conflito na Ucrânia, o ministro disse que o Brasil quer participar da busca de uma "solução negociada", mas rechaça as "tentativas de isolamento" da Rússia nos foros internacionais como um caminho efetivo.

Após a audiência, a CRE sabatinou e aprovou nove indicações feitas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a algumas das mais importantes embaixadas do Brasil no exterior, incluindo as representações nos EUA, Argentina, França e nas Nações Unidas. Os nomes ainda precisam de aval definitivo do plenário do Senado.

Maria Luiza Ribeiro Viotti, indicada a embaixadora do

Brasil nos Estados Unidos, ressaltou a "clara sintonia" entre os presidentes Lula e Joe Biden, em especial em temas como fortalecimento da democracia e combate à mudança do clima.

"A visita do presidente Lula a Washington, com apenas 40 dias de governo, marcou novo momento nas relações com EUA".

Além de Viotti, foram sabatinados e aprovados pela CRE Sérgio Danese (representante junto às Nações Unidas); Julio Bitelli (Argentina); Ricardo Tavares (França); Everton Vieira Vargas (Vaticano); Christian Vargas (Cuba); Kenneth da Nóbrega (Índia); Paulino Francode Carvalho Neto (Egito); e Michel Arslanian Neto (Organização de Aviação Civil Internacional).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187542>

lista de receitas para resultado primário pode somar R\$ 127 bi

Marta Watanabe De São Paulo

Restrita, a lista de receitas em potencial com magnitude para garantir arrecadação adicional necessária para o cumprimento das metas de resultado primário propostas pelo governo na nova regra fiscal pode garantir receitas adicionais de até R\$ 127 bilhões até 2026, segundo estimativas de especialistas ouvidos pelo Valor. Economistas estimam que o governo federal precisa de arrecadação adicional entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões até 2026 para o cumprimento das metas.

A lista de receitas, porém, contém incertezas. Entre as principais fontes mencionadas, está a limitação às deduções de incentivos fiscais de ICMS na base de cálculo do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), cujos efeitos despertam ceticismo e suscitam cálculos de impacto que vão de R\$ 20 bilhões a R\$ 70 bilhões anualizados, líquidos do repasse a Estados e municípios.

A regulamentação dos preços de transferência pode trazer outros cerca de R\$ 20 bilhões ao ano, segundo algumas projeções. Já um Refis amplo é apontado como "atalho" a ser evitado, mas estimativas mostram que poderia trazer de R\$ 15 bilhões a R\$ 20 bilhões bruto no ano de implantação.

Na lista do economista Bráulio Borges, da LCA Consultores e pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), são quatro itens que poderiam compor o "game change", com potencial para mudar o jogo a favor do governo. Eles somariam de forma líquida de transferências constitucionais total de R\$ 127 bilhões, valor próximo aos cerca de R\$ 150 bilhões em receitas adicionais que ele considera necessários entre 2023 e 2026 para o cumprimento de metas propostas pelo governo.

A lista, porém, ressalta, contém R\$ 70 bilhões em receitas para a União relativas à dedução das subvenções de ICMS nas bases de IR e CSLL. Mesmo depois de ter sido alvo de julgamento do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o tema suscita ceticismo em relação aos impactos calculados pelo governo.

Tiago Sbardelotto, da XP, calcula efeito líquido máximo de R\$ 27 bilhões, excluindo os benefícios de

lucro presumido, num cenário em que há 100% de subvenção de custeio e considerando alíquota efetiva de IR e CSLL de 34%. No cenário considerado base pela corretora, com subvenção de custeio de 75% e mesma carga de IR e CSLL, o potencial líquido de arrecadação é de R\$ 20 bilhões.

Sbardelotto considera que a arrecadação extra para o governo cumprir a regra fiscal está entre R\$ 100 bilhões e R\$ 150 bilhões.

Borges reconhece o ceticismo do mercado, mas mantém os R\$ 70 bilhões porque a equipe técnica do Ministério da Fazenda tem reiterado que os microdados do governo apontam os números divulgados. Ele destaca, porém, que não está muito claro se essa receita entraria neste ano ainda.

Outro assunto importante, aponta, são os preços de transferência, cuja regulamentação deve fechar uma brecha legal usada por multinacionais para enviar parte dos lucros obtidos no Brasil a locais com tributação favorecida. Nesse tema, o governo conseguiu aprovação no Senado, na última quarta, de MP sobre o assunto.

Borges lembra que a elisão fiscal nos lucros é campo vasto. Ele cita estudos nos quais o economista francês Gabriel Zucman aponta que houve no Brasil, em 2019, saída de US\$ 26,8 bilhões em lucros a paraísos fiscais corporativos. Convertido em reais, o valor é equivalente a 1,4% do PIB, diz. "É uma base na qual IR e CSLL não estão sendo recolhidos. A regulamentação de preços de transferência é uma tentativa de cercar um pouco isso."

Outra medida apontada por Borges é a reoneração de PIS e Cofins sobre diesel e gás liquefeito de petróleo (GLP). Ele avalia que a decisão de adiar a volta da tributação para 2024 foi política, mas com o ajustes das cotações de petróleo para baixo e o impacto disso nos preços dos dois combustíveis, há ambiente favorável para um debate de reversão da desoneração ainda neste ano.

"O timing agora é bom, talvez não para voltar tudo, mas voltar uma parte agora e deixar o restante para o ano que vem." Nas contas dele, a reoneração integral renderia cerca de R\$ 25 bilhões ao ano. Na mesma linha, outra medida da qual não se tem falado mais,

diz Borges, é a reoneração do IPI reduzido no decorrer de 2022. Isso, segundo ele, poderia render cerca de R\$ 12 bilhões líquidos de repasses a Estados e municípios.

O resultado de uma **reforma tributária** sobre renda, diz Borges, também poderia ter arrecadação adicional ao governo "e ajudar a fechar a conta de vez", mas as promessas de desoneração de folha e aumento da faixa de isenção para as pessoas físicas podem mitigar possíveis ganhos de receita.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe e sócio da Ryo Asset, aponta que o ideal seria que a consolidação fiscal se fizesse também no lado de gastos. Ele defende que há muito a ser feito, buscando maior eficiência nas áreas de saúde, educação, programas sociais e revendo cargos e carreiras dos servidores. "Ser mais ou menos ambicioso nisso é uma decisão política, mas medidas pelo lado da despesa ainda existem, podem ter efeitos bilionários e trariam ajuste de qualidade superior do que só do lado das receitas."

No caminho das receitas, diz ele, o governo pode pegar o "atalho" do Refis, que não seria medida indicada por estimular a inadimplência do contribuinte e representar renúncia de receita futura. O último grande programa nesse sentido, lembra, veio em 2017. Para Leal de Barros, considerando os programas nessa linha desde 2009, um Refis amplo poderia gerar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 20 bilhões, ainda brutos, sem descontar transferências obrigatórias. Ele lembra, porém, que a receita adicional não se sustenta. "Sempre que há um grande Refis, o grande ganho de receita é no ano de edição do Refis. Ainda que haja volume de receitas importantes nos anos seguintes, são decrescentes."

Carlos Kawall, sócio e fundador da Oriz Partners, o governo encontrará muitos desafios pelo caminho anunciado de corte de renúncias tributárias, já que nessa linha Zona Franca de Manaus e Simples são importantes e muito difíceis de se mudar. Para ele, a maneira como o governo tem conduzido a busca de receitas adicionais tem sido "muito ruidosa", mesmo com discurso de que não quer aumentar carga. Isso, diz, pode prejudicar o andamento da **reforma tributária**, que é mudança estrutural e de longo prazo, "tanto por adiar essa agenda como por queimar pontes com o setor privado".

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Lista de receitas para resultado primário pode somar R\$ 127 bi

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187542>

Maiores receitas no radar

Potencial estimado em 12 meses, líquidas* - em R\$ bilhões

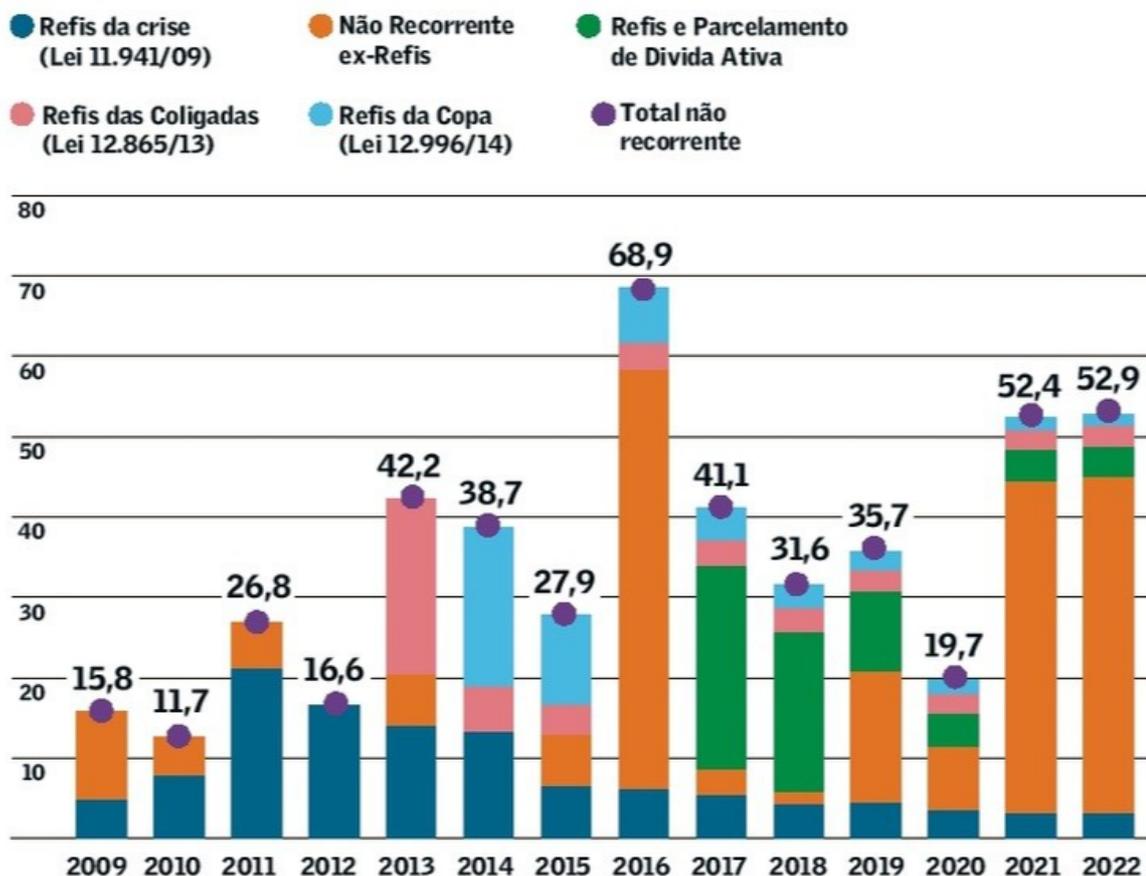
Dedução de incentivos de ICMS na base de cálculo do Imposto de Renda e CSLL	70	
Regulamentação dos preços de transferência, para coibir exportação de lucros a paraísos fiscais	20	
Reoneração do PIS e Cofins sobre diesel e GLP	25	
Reoneração de IPI reduzido ao longo de 2022	12	

Fonte: Bráulio Borges, consultor da LCA e pesquisador do FGV Ibre.

*Considerando receitas líquidas de repasses obrigatórios a Estados e municípios

A ajuda do Refis

Por programas, considerando receitas não recorrentes



Fonte: Gabriel Leal de Barros, economista-chefe e sócio da Ryo Asset

Reforma tributária, hora de pensar no bem da sociedade (Artigo)



Por Richard Hochstetler e Cláudio Sales

A **reforma tributária** é uma das pautas mais desafiadoras do parlamento brasileiro. Já se discute a necessidade de se realizar uma **reforma tributária** há mais de três décadas. Nenhum outro tema tem sido tão discutido - e apresentado tão pouco avanço - quanto a **reforma tributária**.

A dificuldade surge do fato que, apesar de todos reconhecerem os enormes benefícios que uma racionalização e simplificação do regime tributário proporcionaria para a sociedade, pode haver alguns aspectos da reforma que impactem negativamente uma parcela dos agentes. Diante deste risco, os agentes acabam preferindo tomar uma postura inflexível de defesa de seus interesses individuais na "negociação", inviabilizando a reforma.

Este cenário que temos vivido é um caso clássico do que é conhecido na Teoria de Jogos como o 'Dilema do Prisioneiro', em que uma solução benéfica para todos acaba sendo preterida por uma pior, uma vez que ao apoiar a solução superior, o agente coloca-se em situação de vulnerabilidade de alcançar um resultado pior para si, caso as outras partes não colaborem para a solução, que, da perspectiva sistêmica, seria superior. Ou seja, acabamos ficando com um "cada um por si, e ninguém por todos" que produz um resultado sub-ótimo para todos.

Apesar dessa dificuldade, encontramos-nos em uma situação em que o grau de insatisfação com o regime tributário atual é tão elevado que a possibilidade de

avanço no tema parece mais viável do que em qualquer outro momento. Portanto, temos hoje, uma oportunidade que não deve ser desperdiçada.

O sistema tributário atual é muito ineficiente. A tributação da produção e do consumo no Brasil é absolutamente disfuncional. Os diversos entes da federação competem entre si por meio de múltiplos **tributos** que incidem sobre a produção e o consumo, resultando em uma base de incidência fragmentada e confusa que, por sua vez, gera um fluxo contínuo de contenciosos jurídicos e de novos regramentos tributários. Além disso, grande parte da tributação ocorre de forma cumulativa, distorcendo as cadeias produtivas. E a baixa transparência impede que o cidadão tome conhecimento de como seus bens e serviços estão sendo onerados com **tributos**.

As propostas em discussão no Congresso Nacional, nesta primeira fase da reforma, buscam substituir pelo menos cinco **tributos** - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - por um único Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O IVA teria uma alíquota uniforme para todos bens e serviços, embora possa variar entre Estados e municípios.

Os benefícios desta reforma são substanciais: redução dos custos burocráticos e de conformidade (compliance); diminuição dos contenciosos tributários; e ganhos de eficiência decorrentes da eliminação de muitas distorções tributárias do sistema tributário atual.

Simulações indicam que o IVA beneficiaria as camadas mais pobres tanto ao promover uma tributação mais uniforme entre todas as atividades econômicas quanto por meio do mecanismo de reembolso (cashback) do IVA cobrado sobre itens da cesta básica consumidos pelas famílias de menor renda.

O Instituto Acende Brasil trabalha há décadas para o aprimoramento das políticas públicas que afetam o fornecimento de energia elétrica, o que poderia justificar uma postura de defesa de "tratamento tributário especial" para o setor elétrico. Essa defesa, aliás, teria embasamento conceitual muito sólido porque a energia elétrica é um insumo universal, que, ao ser onerado com **tributos**, reduz a competitividade de todos os setores da economia; e é um bem essencial, cujo custo representa uma parcela maior do

orçamento das famílias mais pobres, o que significa que sua tributação atinge a população de menor renda de forma desproporcional.

Apesar dessa possível e justificável defesa de tratamento tributário especial para a energia elétrica, acreditamos que os benefícios sistêmicos para toda a sociedade que viriam com a racionalização e simplificação da tributação do consumo por meio de um IVA uniforme - sem exceções para setores, regiões ou grupos econômicos - são demasiadamente importantes para corrermos o risco de desvirtuamento da reforma a partir de disputas de interesses específicos.

Um IVA com uma alíquota uniforme cobrada igualmente de todos os bens e serviços na economia, com aplicação plena do princípio da não-cumulatividade, eliminaria as principais distorções tributárias. A devolução rápida e integral dos **tributos** recolhidos dos insumos teria o efeito de desonerar completamente os investimentos, o que favoreceria a elevação da produtividade que é, em última instância, o que viabiliza o crescimento da renda per capita.

A devolução dos **tributos** que incidem sobre os insumos também teria o efeito de desonerar as exportações, o que contribuiria para elevar a competitividade do país no comércio internacional. Além disto, resultaria no deslocamento da tributação para o destino, o que eliminaria a guerra fiscal que vem minando a base de arrecadação nas últimas décadas.

Também não podemos nos esquecer de que a adoção de um sistema simples e coerente reduziria drasticamente a insegurança jurídica associada ao emaranhado regramento tributário existente e aos vultuosos recursos dispendidos em litígios tributários.

Há, entretanto, outras iniciativas no âmbito da **reforma tributária** cujos benefícios sistêmicos são menos claros. Por exemplo, mudanças na tributação da renda e dos dividendos podem causar muita confusão no setor elétrico. A maioria dos projetos de energia são viabilizados por meio de contratos de longuíssimo prazo. Muitos deles são tributados com base no lucro presumido e precificaram seus contratos com esta premissa. Uma eventual elevação da carga tributária sobre estas atividades abalaria o equilíbrio econômico-financeiro de seus contratos, desencadeando uma enorme onda de judicialização.

Este aspecto, ao que tudo indica, será submetido à discussão no Congresso a partir do segundo semestre.

Não obstante, é preciso reconhecer, desde já, os

benefícios sistêmicos que a adoção de um IVA simples, uniforme e funcional proporcionariam para a nação.

Apelamos à seriedade e ao espírito público de nossos parlamentares - e dos grupos de pressão que os cercam - para que o povo brasileiro possa se beneficiar de uma **reforma tributária** que tem o potencial de deslocar o crescimento econômico de nosso país para um patamar superior. Chegou a hora de pararmos de olhar para os próprios umbigos e pensarmos no bem comum.

Richard Lee Hochstetler e Claudio J. D. Sales são do Instituto Acende Brasil

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230511/>

Líder do bloco de Lira cobra Lula na articulação política e liberação de emendas

Danielle Brant

Líder do maior bloco na Câmara dos Deputados, Felipe Carreras (PSB-PE) diz que o governo precisa melhorar sua relação com o Congresso Nacional e cobra maior participação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) na articulação política.

Em entrevista à Folha, Carreras afirma que o bloco de 173 deputados -composto por União Brasil, PP, federação PSDB-Cidadania, PDT, PSB, Avante, Solidariedade e Patriota- ajuda na governabilidade da gestão petista.

No entanto, diz haver necessidade de que o governo destrave indicações a cargos e acelere o pagamento de emendas para que os partidos entreguem votos. "Talvez precise o governo afinar mais, cumprir o que foi pactuado, para ter as entregas necessárias de forma pragmática dos votos."

Carreras, aliado do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), também pede mais diálogo do Executivo com o Legislativo.

Qual o balanço da criação do maior bloco da Câmara um mês depois? Positivo. O que a gente estava buscando era uma integração de um bloco que pudesse dar representatividade para alguns parlamentares, até do nosso campo, do PSB, do PDT, para ter espaço, protagonismo em comissões. Na própria CPMI [do 8 de janeiro], nós não tínhamos, dentro da proporcionalidade, direito a indicar vagas de titularidade, nem de suplência. Vamos ter.

A gente, enquanto partido da base sólida do presidente Lula, está agregado a partidos que são decisivos para a governabilidade, como União Brasil, como Progressistas, como o próprio Avante, PSDB-Cidadania, e a gente tem buscado proximidade. A gente tem identificado problemas e buscado soluções.

Dá para considerar que é um bloco da base? Acho que o governo precisa fazer suas autocríticas. Precisa melhorar a sua relação com o Congresso Nacional para a gente poder ajudar também, né? A gente, no PSB, tem que ter nossa visão crítica. A gente também tem que levar o que esses partidos estão tendo de insatisfações. Mas o compromisso continua aceso de ser um bloco da base.

Que tipo de autocrítica o governo tem que fazer? Conversar com o Congresso, conversar com os líderes partidários. O presidente Lula, que é a maior liderança política da história do país, [precisa] participar do jogo político, chamar para si também, conversar com os diferentes, com partido de centro, ouvir críticas e sugestões para o governo ser mais assertivo.

Nas decisões que são tomadas, escuto até críticas de ministros de que são tomadas decisões com decretos, que sequer eles da área afirmam são ouvidos.

Para o sr., parte da desorganização no Congresso poderia ser resolvida se o presidente assumisse esse papel de articulador? Acho que se o presidente ouvisse um pouco, mas ouvisse. Não tenho notícia, depois que ele tomou posse, que ele tenha falado com algum líder de partido de centro, que é decisivo para sua governabilidade. Muita coisa poderia ser evitada, como declarações públicas. Achar que existia um equívoco ou outro na legislatura passada é natural, mas tem coisa que não precisa ser exposta, porque fragiliza a relação.

Consultar um líder sobre um tema, um relator de uma matéria importante que foi aprovada na legislatura passada, eu acho que poderia evitar algumas crises aqui na Casa.

Está faltando diálogo com o Congresso então? Acho. Prefeito, muitas vezes, não gosta de ouvir e receber vereador para despachar. Governador escuta deputado estadual para governar. Eu acho que o presidente, dentro até de sua história de presidente dos mandatos que ele exerceu, ele fazia esse tipo de reunião, de até a aproximação com a base e com outros parlamentares. Ele criou uma aproximação muito grande.

Um grande exemplo é José Múcio Monteiro [ministro da Defesa]. Ele trouxe para perto um deputado federal que é muito querido, muito hábil, que era do PFL, que sempre foi da direita. E ajudou muito a dar governabilidade.

Não tenho nenhum tipo de ciúme por eu ser de um partido da base -do vice-presidente [Geraldo Alckmin], ter três ministros, de ser do nosso campo de esquerda- e enxergar protagonismo em parlamentares

de centro. Isso ajuda, é bom para o país. Eu acho que a gente tem que deixar de olhar para dentro, deixar de ser radical, estreito, e alargar o governo. Trazer gente para ajudar, ampliar, olhar para o país. Não tem terceiro turno.

O sr. acha que ele está ouvindo muito o próprio partido? Acho que tem muita gente agindo com o fígado. Tem que esquecer quem governou no passado. As instituições estão fazendo sua parte e a gente precisa governar para todos. Não tem que dividir quem é bolsonarista e quem é lulista, quem é PT e quem é PL. Tem que unir o país. O nosso bloco quer agir com essa posição.

Além da falta de diálogo, quais as outras insatisfações que os partidos do bloco estão sinalizando? Algo que chega da nossa bancada, para mim como líder, é que a questão dos espaços regionais não consegue deslanchar. Mais de 100 dias e as coisas ficam represadas, não são anunciadas e muitas vezes, para piorar, anunciam um nome aqui, outra acolá, o que gera muito ciúme.

Prefeitos que cobram recursos para áreas sensíveis, para pavimentação de uma rua, um poço artesiano de um distrito num município distante, e não conseguem recurso para isso. E os parlamentares ficam num ambiente de ansiedade.

Essas indicações de partidos que não são o PT. Vejo insatisfação de toda a base do presidente Lula aqui. É uma coisa meio que generalizada. E a liberação das emendas não está deslançando. Agora, esta semana, que foi aberta para cadastrar, mas é uma primeira fase. Depois vem o empenho, depois vem o pagamento.

Isso, quando chega no deputado, é um vereador que reclama do prefeito e o prefeito reclama do deputado. Ele já foi sinalizado desde janeiro. Isso vai fragilizando o parlamentar com a sua base. E termina refletindo na governabilidade.

O líder da União Brasil, Elmar Nascimento, disse em março que o governo precisa agilizar as emendas. Isso ajuda? Acho que ajuda. Agora isso tudo tem um momento, né? A gente está vivendo um momento de relativa tensão. E às vezes você quando chega com remédio no quadro que está estabelecido, muitas vezes não é a solução. Eu acho que o diálogo é importante, os movimentos que o governo fez foram interessantes, a questão das emendas é muito importante para acalmar a base dos deputados. Óbvio. Ficou claro que a vontade dos ministérios não se reflete no Congresso Nacional em votos. E eu concordo com líder Elmar que é importante, sim, resolver essa questão das emendas. Urgente.

No PSB, como o sr. está vendo a relação com o governo? A gente tem buscado fazer reuniões com os nossos ministros. A relação é excelente dos parlamentares com os nossos ministros.

Agora, toda a nossa bancada tem críticas em relação à questão do comportamento do governo, seja na indicação dos espaços regionais, seja também na questão das emendas. É generalizada na nossa bancada essa insatisfação.

A falta de articulação acabou se traduzindo em derrota na semana passada. Faltou leitura política? Eu acho que quando foi emitido o decreto [que altera o Marco do Saneamento e que acabou derrubado na Câmara] foi uma falha, porque não falou nem com o ministro da área fim, nem foi conversado com a Câmara.

Porque é um ato bruto mudar uma lei aprovada no Congresso Nacional através de um decreto. É óbvio que existiria algum tipo de consequência. Então, diante do ambiente de insatisfação, houve o recado do Parlamento em relação à matéria e em relação a outras questões que terminam, de alguma forma, influenciando na derrota do governo, que obviamente, é um recado que as coisas não estão funcionando como deveriam.

Agora há outros temas importantes, como arcabouço, a **reforma tributária**. O sr. viu uma mudança do governo para tentar aprovar essas pautas? Eu senti uma motivação, autocrítica de melhorar. Agora isso precisa ser traduzido e realizado.

O governo tem que atuar mais para conseguir os votos nas pautas econômicas? A atuação do governo está boa, no aspecto da interlocução do Congresso, com o próprio ministro Haddad. Ele nos convidou para conversar, foi até a residência oficial do presidente da Câmara fazer uma reunião com os líderes de bancada. Isso politicamente foi muito bem-visto. Agora, isso precisa ter constância. O ministro Haddad, em relação à habilidade política, está pontuando bem.

Quais CPIs têm mais potencial de impacto para o governo? É difícil fazer um prejulgamento. Tem CPI que já deu resultado, CPI que já terminou em pizza. Pelo perfil do presidente Arthur Lira, que pela primeira vez vai autorizar o funcionamento de CPI, e pelo perfil dos parlamentares, tenho certeza de que todas darão resultados.

Como está a relação do Lira e com o governo Lula? Vejo boa vontade do presidente Arthur, uma sinergia grande dele com o Lula. Arthur foi o presidente que teve a maior votação da história de um presidente do Parlamento brasileiro e tem uma vantagem: ele é

previsível. Se você celebra acordo com ele, ele cumpre.

Acho que talvez precisa o governo afinar mais, cumprir o que foi pactuado, para ter as entregas necessárias de forma pragmática dos votos para aprovação de projetos estruturantes do país.

Quando Lira diz 'não vamos aceitar retrocesso', é um alerta? É um alerta. A gente já viu de forma objetiva que quando o governo quis enfrentar sem o diálogo, o governo vai perder. Vai perder.

Em seu terceiro mandato como deputado federal, Carreras assumiu como secretário de Turismo, Esporte e Lazer de Pernambuco em 2015. Antes, atuou como empresário.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2023/05/lider-do-bloco-de-lira-cobra-lula-na-articulacao-politica-e-liberacao-de-emendas.shtml>

Jatinhos de famosos, como o de Zé Felipe, têm cobrança de IPVA?

O jatinho avaliado em R\$ 50 milhões , que o cantor Zé Felipe ganhou de sua esposa, a influenciadora Virginia Fonseca , continua chamando a atenção nas redes sociais. Depois do valor exorbitante, agora surge outro questionamento: será que a aeronave paga IPVA (Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores)?

A dúvida em relação ao pagamento do IPVA sobre o jatinho de Zé Felipe é pertinente, já que o art.155 da Constituição Federal (CF) não considera a incidência do imposto em aeronaves como ilegal.

No entanto, em 2007, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a cobrança inconstitucional. Na ocasião, a maioria dos ministros entendeu que o IPVA foi criado para substituir a Taxa Rodoviária Única (TRU), e que, por se tratar de uma taxa rodoviária, as aeronaves e embarcações não se enquadram no conceito de veículos automotores disposto no art.155 da CF.

O STF decidiu ainda que a tributação de veículos aéreos ou aquáticos não é competência dos Estados, pois o licenciamento desses veículos é feito pela União. Dessa forma, como o IPVA é um tributo estadual, sua cobrança sobre aeronaves também foi considerada indevida.

Desde então, a cobrança do IPVA nestas situações é vedada por lei.

Reforma tributária

Com a nova proposta de **reforma tributária** , que será elaborada pela Câmara dos Deputados, há possibilidade de mudanças na tributação de propriedades, o que pode incluir a previsão de cobrança de IPVA sobre veículos aquáticos e aéreos.

Porém, para superar as restrições impostas pelo STF em 2007, será necessário alterar o texto constitucional, o que só pode ser feito por meio da aprovação de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

No congresso, a expectativa é de que o governo federal também apoie a mudança. Isso porque, durante o segundo turno das eleições de 2022, o então candidato ao governo de São Paulo, Fernando

Haddad , que hoje é ministro da Fazenda, se comprometeu com a proposta do PDT de taxar jatos, lanchas e helicópteros com o IPVA.

De acordo com um estudo realizado em 2020 pelo Sindifisco Nacional (Sindicato dos Auditores da **Receita Federal**), a ampliação da base do tributo com a inclusão de veículos aquáticos e aéreos poderia gerar uma arrecadação adicional de R\$ 4,7 bilhões por ano.

Esse valor representaria um aumento de quase 10% na arrecadação total do IPVA, sendo que quase 90% se referem a embarcações e os outros 10% a aeronaves a jato, turboélice e helicópteros.

Site: <https://www.terra.com.br/economia/dinheiro-em-acao/jatinhos-de-famosos-como-o-de-ze-felipe-tem-cobranca-de-ipva,d276d8316641b7680c320a968242436a9y9bg688.htm>
/

Brasil ficou menos desigual em 2022 porque triplicou o Bolsa Família, não porque melhorou (Artigo)

Fernando Canzian *Foi secretário de Redação, editor de política, do Painel, do programa TV Folha, na TV Cultura, e correspondente em Nova York e Washington.*

, A queda da desigualdade de renda no Brasil em 2022 parece uma ótima notícia. Mas ela só ocorreu porque os brasileiros estão cada vez mais dependentes de programas sociais em uma economia que cresce pouco e entrega empregos de baixa qualidade.

Por trás da menor desigualdade da série está o fato de o país ter praticamente triplicado o gasto com o Bolsa Família em relação ao que despendia antes da pandemia. Como proporção do **PIB**, o valor saltou de 0,4% para mais de 1,5%.

Cerca de R\$ 175 bilhões serão gastos com o programa neste ano, que atenderá quase 21 milhões de famílias, metade no Nordeste.

Não é à toa que o rendimento domiciliar per capita da metade da população mais pobre subiu 18% no ano passado, para R\$ 537 ao mês -e que a queda da desigualdade tenha sido mais proeminente nos estados nordestinos.

Na conquista por eleitores em 2022, tanto Lula quanto Bolsonaro prometeram manter o valor de R\$ 600 aos mais pobres pagos na pandemia.

Lula foi além e acrescentou um adicional de R\$ 150 por criança de até 6 anos e mais R\$ 50 por dependente entre 7 e 18 anos ou gestante. Com isso, o valor médio aos beneficiários atingiu R\$ 714.

O petista foi eleito com essa plataforma na área social, assim como Bolsonaro prometera algo parecido. Politicamente, é o que grande parte do país, majoritariamente pobre, queria.

Mas não deixa de ser preocupante o fato de o país ter triplicado esse tipo de gasto social para proporcionar uma vida minimamente digna à população. Embora, mesmo assim, os 5% mais pobres ainda vivam com menos de R\$ 90 ao mês.

Em crise há muitos anos, a vizinha Argentina também

foi aumentando, com o passar do tempo, gastos desse tipo, que hoje equivalem também a cerca de 1,5% do **PIB**.

Em comum, os vizinhos mantêm o **PIB** per capita e níveis de produtividade estagnados há anos. E, agora, têm proximidade ideológica entre Lula e Alberto Fernández.

Mas ambos os países mostram que, sem crescimento sustentável alavancado por reformas pró-mercado, usar dinheiro público para combater as mazelas sociais funciona por um tempo, mas não se sustenta. Pois é dos **impostos** gerados pela atividade que vem o dinheiro para essas ações.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50274&maxTouch=0>

Concentração de renda cai, mas abismo entre ricos e pobres permanece - MERCADO S/A



AMAURI SEGALLA

O ano de 2022 representou um marco no combate à desigualdade no Brasil. Números extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, feita pelo IBGE, revelam que, no ano passado, o rendimento médio do 1% da população que ganha mais era 32,5 vezes maior que a remuneração média dos 50% que recebem menos. Em 2021, a diferença estava em 38,4 vezes. Uma das explicações para o movimento se deve principalmente ao Auxílio Brasil, programa criado pelo governo às vésperas da eleição. De todo modo, a iniciativa trouxe frutos - trata-se da menor desigualdade de renda em uma década. Ainda assim, há longo caminho a ser

percorrido até que se diminua o abismo entre quem está no topo e aqueles na base da pirâmide social. Ressalte-se, contudo, que políticas de distribuição de recursos não serão suficientes para combater o flagelo da concentração de renda. Segundo especialistas, elas deveriam estar associadas à melhoria do ensino e dos níveis de emprego.

Empresas brasileiras poderão testar semana de quatro dias

A partir de agosto, as empresas brasileiras interessadas em experimentar a semana de quatro dias poderão se inscrever no projeto 4 Day Week Global, que objetiva identificar os efeitos da iniciativa. A ideia é manter o salário integral dos funcionários, que deverão trabalhar 80% do tempo - mas, eis aqui o desafio, mantendo 100% da produtividade. No Reino Unido, o experimento surpreendeu: 92% das empresas participantes do programa decidiram adotar em definitivo a semana de quatro dias.

Motoristas de aplicativos planejam greve nacional

A próxima segunda-feira deverá trazer transtornos para os usuários de aplicativos de transporte. A Federação dos Motoristas de Aplicativos do Brasil (Fembrapp) e a Associação dos Motoristas de Aplicativos de São Paulo (Amasp) convocaram uma greve nacional de motoristas do app. Segundo as entidades, 70% dos 2 milhões de profissionais do ramo deverão aderir ao movimento. Eles reivindicam aumento dos valores repassados por plataformas como Uber e 99, que estariam congelados desde 2016.

O verdadeiro tamanho do mercado de apostas esportivas

Em meio a muito chute que é feito a respeito do tamanho do mercado de apostas esportivas, a BNL Data, empresa especializada no segmento de jogos on-line, decidiu ir a campo para estudar a fundo o segmento. E chegou à seguinte conclusão: existem, ao menos, 1.000 sites ativos no mercado brasileiro que movimentam, juntos, entre R\$ 328 milhões e R\$ 410 milhões por dia. É muito dinheiro. Para efeito de comparação, no ano passado, todo o comércio eletrônico brasileiro vendeu diariamente R\$ 465 milhões.

R\$ 200 milhões é quanto o programa Rota 2030 desembolsará para acelerar pesquisas relacionadas à conectividade de veículos. O projeto é realizado em parceria com a Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (Fundep), da UFMG

"Um setor que responde por 8% do **PIB** não pode se dar ao luxo de não ter nenhuma regulação" Leonel Andrade, presidente da CVC, ao defender a regulamentação do turismo no Brasil

Rapidinhas

» Os projetos relacionados à cannabis medicinal avançam no Brasil. A mineira Ease Labs, voltada para o desenvolvimento de soluções alternativas na área de saúde, recebeu R\$ 15 milhões do Itaú BBA - o primeiro financiamento do maior banco de investimentos do país nessa área. O valor será usado para o lançamento de produtos.

» Qual é o peso da cadeia produtiva de soja para a economia brasileira? Uma pesquisa encomendada pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) constatou que o número de ocupações geradas pelo setor avançou 80% nos últimos 10 anos. Atualmente, as cadeias da soja e do biodiesel empregam 2 milhões de pessoas.

» A cervejaria Ambev destinará R\$ 7 milhões para empreendedores negros. Realizada em parceria com a plataforma PretaHub, a iniciativa contemplará projetos nas áreas de artes, artes visuais, gastronomia, produção e difusão de conteúdo digital, negócios de impacto nas indústrias criativas, turismo, moda e literatura.

» A Calçados Bibi acelera a expansão internacional. Presente em sessenta países, a empresa deverá inaugurar 10 unidades na América Latina e na Europa até o final do ano. A primeira investida internacional ocorreu em 2017, quando chegou ao Peru. Atualmente, 22% de sua produção destinam-se ao mercado estrangeiro.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/12/all.pdf>

Rendimento dos mais pobres dobra, mas é inferior a R\$ 90 por pessoa

Com a ampliação do Auxílio Brasil às vésperas das eleições, a renda média das camadas mais pobres da população avançou em 2022. É o que apontam dados divulgados nesta quinta-feira (11) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Segundo o instituto, a renda domiciliar per capita dos 5% mais pobres dobrou em 2022, mas ainda ficou abaixo de R\$ 90 por pessoa por mês. O rendimento mensal dessa camada da população alcançou R\$ 87, em média, no ano passado.

O valor representa um salto de 102,3% em relação a 2021, quando a renda dos 5% mais pobres havia despencado a R\$ 43 por mês. Em 2012, ano inicial da série histórica, a quantia era de R\$ 82.

Os dados foram divulgados pelo instituto em termos reais, ou seja, com o ajuste pela **inflação**.

A alta de 102,3% entre os 5% mais pobres foi a maior entre 13 faixas de população pesquisadas pelo IBGE.

Segundo o instituto, em termos relativos, os ganhos foram mais intensos entre as camadas de menor renda devido principalmente à ampliação do Auxílio Brasil para R\$ 600 às vésperas das eleições de 2022.

No ano passado, a renda média obtida pelos brasileiros a partir de fontes como benefícios sociais alcançou patamar recorde.

No levantamento, os recursos obtidos a partir de fontes como programas sociais são classificados como parte dos outros rendimentos. Em 2022, as pessoas que declararam ter outros rendimentos (19,1 milhões) receberam R\$ 814, em média, por mês.

Esse valor é o maior da série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. Na comparação com 2021, quando o indicador atingiu a mínima da série (R\$ 562), a alta foi de 44,8%.

O aumento significativo dos outros rendimentos ocorreu em todas as grandes regiões. O IBGE destacou as elevações no Sul (61,5%), no Norte (56,3%) e no Nordeste (50,7%).

A base fraca de comparação e a retomada do mercado de trabalho também geraram efeitos, de

acordo com o órgão de pesquisas.

Além dos benefícios sociais, o cálculo dos outros rendimentos inclui ainda recursos obtidos com rentabilidade de aplicações financeiras, bolsas de estudos, direitos autorais e exploração de patentes.

Na comparação de 2019, período anterior à pandemia, com 2022, a proporção de domicílios com recebimento do Bolsa Família ou do Auxílio Brasil avançou de 14,3% para 16,9%.

Nesse mesmo recorte, o percentual de lares com BPC (Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência) passou de 3,5% para 3,7%, e o de outros programas sociais subiu de 0,7% para 1,5%.

O antigo Bolsa Família foi rebatizado como Auxílio Brasil durante o governo Jair Bolsonaro (PL). Com a volta de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência, o programa voltou a ser chamado de Bolsa Família em 2023.

Ainda segundo o IBGE, o rendimento de todas as fontes, que envolve o trabalho e as outras fontes, cresceu 2% em relação a 2021, chegando a R\$ 2.533.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50274&maxTouch=0>

Haddad busca apoio dos EUA para crise argentina



O ministro Fernando Haddad se reuniu com a secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen

Em encontro com a secretária do Tesouro dos Estados Unidos, Janet Yellen, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, manifestou a preocupação do Brasil com a crise econômica na Argentina. Segundo ele, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva acredita que a solução para o país passa pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). "A Argentina é um país muito importante no mundo e particularmente na América do Sul. Se o Brasil e os Estados Unidos estiverem juntos nesse apoio, é possível pode facilitar muito as coisas", disse Haddad, em conversa com jornalistas. "O presidente Lula virá na próxima semana com a mesma preocupação, eu estou antecipando aquilo que ele próprio, de viva-voz, vai trazer sobre Argentina", acrescentou Haddad.

O ministro declarou que a secretária Janet se comprometeu a analisar as considerações do Brasil sobre o apoio ao país sul-americano. Os dois tiveram uma reunião bilateral, ontem, no Japão, onde participam da reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G7, grupo das sete maiores economias do mundo, formado por Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá. Haddad participa do evento como convidado, assim como representantes de outros países emergentes como Indonésia e Índia. A convite do primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, Lula também irá ao Japão participar do segmento de engajamento externa da cúpula do G7, em Hiroshima, nos dias 20 e 21 de maio. Na ocasião, acontecem as reuniões de alto nível do grupo, com a participação dos presidentes dos países.

No último dia 2 de maio, o presidente da Argentina, Alberto Fernández, esteve em Brasília para conversar com Lula. Na ocasião, o brasileiro prometeu articular

junto ao Brics (bloco econômico integrado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e ao FMI para socorrer o país vizinho. Segundo Lula, é preciso fazer com que o FMI "tire a faca do pescoço da Argentina". Maiores parceiros comerciais do Brasil na América do Sul, os argentinos enfrentam uma nova crise na economia, com desvalorização do peso - a moeda local -, perda do poder de compra e altos índices inflacionários. Em março, a **inflação** no país vizinho chegou a 104% ao ano. Uma **seca** histórica também está afetando as safras de grãos da Argentina, aprofundando a crise econômica e colocando em risco as metas acordadas pelo país com o FMI no pagamento das dívidas.

ACORDOS COMERCIAIS

Ainda sobre o encontro com a secretária Janet Yellen, Haddad afirmou que ela deixou claro que os Estados Unidos não têm objeção aos acordos comerciais entre Brasil e China e à aproximação com o país asiático. "Eu manifestei nosso desejo de nos aproximarmos mais dos Estados Unidos", disse. "E que devemos estar preocupados com mais integração das Américas", acrescentou o ministro. Pela manhã, no Japão, Haddad participou de um café da manhã com empresários, na Embaixada do Brasil em Tóquio. Sobre o encontro, destacou o interesse de empresas japonesas com filiais no Brasil sobre o ambiente de negócios para fortalecer investimentos, como a **reforma tributária**.

"Interessa demais aos investidores japoneses, por uma série de problemas complexos que serão simplificados pela reforma, como também as exportações brasileiras para o Japão. Nós temos que manter a nossa cota parte aqui no mercado japonês e o acordo Mercosul-Japão está na ordem do dia para os empresários japoneses que se interessam por esse acordo e querem que o governo japonês tenha um olhar particular, um olhar interessado para as exportações vindas do Brasil para cá", disse Haddad.

Hoje, o ministro conversa com o economista Joseph Stiglitz sobre a política industrial verde. Na agenda, o também estão previstas reuniões bilaterais com a ministra das Finanças da Índia, Nirmala Sitharama, com o ministro das Finanças do Japão, Shunichi Suzuki, e com a diretora Executiva do FMI, Kristalina Georgieva.

As atividades do G7 começam também nesta sexta-feira e Haddad tem presença confirmada em todas as sessões. O retorno para o Brasil está previsto para amanhã.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/12/05/2023/p1>

Estabilização da Argentina é problema nosso, sim! - ANDRÉ RONCAGLIA

ANDRÉ RONCAGLIA

Na semana passada, analisei como o sistema dólar oferece uma infraestrutura financeira que facilita o comércio internacional. Por outro lado, a hierarquia das moedas no "sistema dólar" impõe efeitos desiguais aos países do centro e da periferia.

Como apontou o historiador econômico Adam Tooze, "a combinação do choque do preço da energia e dólar forte avança sobre o mundo, pressionando consumidores e governos". Economias que, por variados motivos, não conseguem obter dólares para financiar suas trocas com o resto do mundo sofrem restrições externas paralisantes. Esse é o caso da Argentina.

No bimonetarismo informal argentino, o peso cumpre a função dominante (mas não plena) de meio de troca, mas cabe ao dólar (e, em menor proporção, ao real) desempenhar as funções de unidade de conta e de reserva de valor. Essa fragmentação das funções da moeda é típica de processos inflacionários crônicos.

A fragilidade externa do país é a fonte primária de **inflação**. A primeira causa é a política monetária de **taxas de juros reais negativas** (81%, ante uma **inflação** anual de 104% em abril de 2023) e menores do que a taxa de retorno dos ativos financeiros denominados em dólar, agravando-se a pressão cambial.

Pingou peso na conta bancária, as pessoas sacam e compram dólares (ou reais) e guardam em casa. O país tem um dos menores índices de manutenção de depósitos bancários (9% do **PIB**). Estima-se que US\$ 262 bilhões tenham saído do sistema bancário formal para serem entesourados pelo setor privado. Essa soma equivale a toda a dívida externa do país!

A segunda causa de escassez de dólares é estrutural e decorre da desindustrialização acelerada, da dependência das exportações de commodities e das importações de energia. Há três anos o país enfrenta secas que derrubam as safras de soja e trigo, minando as exportações. O déficit de energia acumulou US\$ 5,2 bilhões em 2022, sendo que apenas em gás natural foram gastos US\$ 2,3 bilhões (daí a importância da construção do gasoduto de Vaca Muerta).

Mas por que isso é relevante para nós?

A Argentina é a segunda maior economia da América do Sul e é um dos nossos principais parceiros comerciais. Estudo do Ipea mostra que a produção industrial das duas economias é orientada primordialmente para seus mercados internos, e seu principal destino externo é justamente o país vizinho. Nossas exportações para a Argentina geram, em média, cinco vezes mais empregos do que para a China.

Longe de ser "um caso perdido", o país dispõe de valiosos ativos produtivos que podem aliviar sua fragilidade externa, sobretudo por meio do comércio regional. Um exemplo do potencial da cooperação regional é o desenvolvimento da produção de baterias elétricas a partir das abundantes reservas de lítio na região fronteira entre Argentina, Chile e Bolívia. Trata-se de uma oportunidade ímpar de inserção internacional proativa, com efeitos distributivos progressivos em termos sociais (melhores empregos) e ambientais (transição verde).

Todavia, uma Argentina em hiperinflação gera instabilidade política, sobretudo em ano eleitoral. Dados recentes sugerem que a aceleração da **inflação** vem se traduzindo em maiores intenções de voto em Javier Milei. Se esses desequilíbrios não forem corrigidos por reformas financeira e monetária dentro de um plano de desenvolvimento produtivo, a extrema direita terá chance de vencer as eleições.

Se isso ocorrer, o isolamento da Argentina poderá ameaçar a integração regional e, com ela, impedir a reindustrialização das duas economias e perder oportunidades de investimento e de comércio para a região.

Por esses motivos, a estabilização da Argentina é problema nosso também!

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50274&maxTouch=0>

O Congresso cumpre seu papel (Editorial)

Um grupo bastante amplo de deputados, tanto do ponto de vista numérico como ideológico, tem mostrado firme disposição para corrigir as deficiências fundamentais do Projeto de Lei Complementar (PLC) 93/2023, que trata do novo arcabouço fiscal. O País só tem a ganhar com o Congresso cumprindo o seu papel de aprimorar o texto encaminhado pelo Poder Executivo. O que o governo enviou à Câmara dos Deputados, a bem da verdade, é um simulacro de arcabouço fiscal, não um sistema de controle de gastos feito para valer.

O relator do PLC 93/2023 na Câmara, o deputado Cláudio Cajado (PPBA), se reuniu há poucos dias com os representantes de nove bancadas partidárias. Juntas, elas correspondem a quase 80% do plenário da Casa. Esse grupo, segundo consta, pediu que o relatório final incorpore as sanções e gatilhos mais arrojados para o corte de despesas em caso de descumprimento das regras fiscais que foram ignorados de propósito pelo governo. Note-se que os parlamentares não estão pedindo nada além do minimamente razoável em se tratando de um marco legal que se presta a equilibrar as contas públicas. Eles pedem, por exemplo, que o texto impeça o governo de conceder aumento salarial a servidores acima da **inflação** em caso de estouro das despesas. Pedem que não se realizem concursos públicos ou que se concedam benefícios fiscais a empresas quando as contas estiverem no vermelho. Outra demanda sensata é a de que o governo se comprometa com o cumprimento do objetivo fiscal por meio do bloqueio de despesas. No texto original, o chamado contingenciamento não é obrigatório.

Como se vê, não são pedidos extravagantes; são a essência de um arcabouço fiscal digno do nome.

Além do problema estrutural do PLC 93/2023, qual seja, a dependência excessiva do aumento das receitas para o equilíbrio fiscal, deixando o controle das despesas praticamente intocado, o projeto, caso seja aprovado como foi elaborado pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, ainda ferirá de morte a Lei Complementar 101/2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O texto exige o presidente da República, entre outros agentes públicos, de quaisquer sanções jurídicas e políticas em caso de descumprimento das regras definidas pelo próprio projeto, o que é um despautério (ver editorial A LRF M".o é optativa, 22/412023).

Talvez, vá saber, essa conveniente imprevisão de sanções decorra do trauma dos petistas com a justa cassação de Dilma Rousseff por suas notórias pedaladas fiscais. Mas, no Congresso, essa frouxidão não pode prosperar. Definir metas sem prever mecanismos de engajamento ao seu cumprimento significa, na prática, não ter meta alguma. O governo, evidentemente, fará de tudo para manter o projeto tal como está. O líder do PT na Câmara, Zeca Dirceu (PR), disse ao Estadão que vem "pedindo diariamente" ao relator do PLC 93/2023 que "não torne o texto mais rígido do que ele já é". Cajado, contudo, "evita responder", segundo o petista.

Chega a soar como pilhéria classificar como "rígido" um marco legal que não prevê sanção alguma aos que, eventualmente, vierem a descumpri-lo.

O Congresso tem muito trabalho a fazer para dotar o País de um arcabouço fiscal crível e, principalmente, coadunado com desafios nacionais que só haverão de ser superados a partir de um Orçamento público equilibrado, entre outros fatores. O texto do arcabouço fiscal encaminhado pelos ministros da Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento, Simone Tebet, em que pesem as suas deficiências, não é para ser jogado fora de todo. Os parlamentares decerto não precisam reescrevê-lo; precisam aprimorá-lo.

Dada a disposição do Congresso e, é importante ressaltar, dos próprios ministros Haddad e Tebet para construir a várias mãos o novo arcabouço fiscal, inclusive tocando em questões sensíveis como os gastos tributários, há uma avenida de melhorias a ser trilhada.

Quanto mais firme for o engajamento do Executivo e do Legislativo nesse esforço concentrado, em especial para eliminar as exceções que só enfraquecem o espírito do PLC 93/2023, tanto melhor será para o Brasil.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Alimentos e tarifas podem pressionar inflação para baixo



Leonardo Costa: "Nossas contas já incorporavam melhora nos preços da alimentação em domicílio e corte na gasolina"

Marcelo Osakabe De São Paulo

Embora os núcleos de **inflação** e os sinais de resiliência do mercado de trabalho e do setor de serviços ainda preocupam analistas e o BC, pressões baixistas também estão no radar para o índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2023. Em especial, a possibilidade de uma dinâmica mais favorável para alimentos e preços administrados. Uma desaceleração mais intensa dos bens industriais e também um câmbio mais valorizado que o previsto são outros fatores que podem trazer alívio adicional à **inflação** nos próximos meses.

A Truxt investimentos é uma das casas mais otimistas com este ano, principalmente pela dinâmica dos alimentos. A gestora recentemente revisou a projeção para este grupo em 2023 de 3,50% para 2,70%. "Só que esse número ainda é a ponta do iceberg que pode aparecer. O índice Geral de Preços (IGP), por exemplo, aponta algo mais baixo que isso", diz Arthur Carvalho, economista-chefe.

De olho nessa possibilidade, Carvalho traçou vários cenários, inclusive um em que a **inflação** para este grupo seria zero no ano. Um caso mais extremo como este, diz, poderia tirar até 90 pontos-base (0,9 ponto percentual) de sua projeção de IPCA do ano, hoje em 6%.

"A questão é que, toda vez que ocorre um choque muito positivo de alimentos, o Focus demora para captar, e todo mundo acaba atropelado. Realmente são itens mais voláteis, difíceis de prever", diz. "E,

embora o núcleo dos preços pareça realmente mais resistente, uma surpresa no IPCA cheio, em algum momento, tende a bater na dinâmica dos serviços também."

Uma visão mais positiva também transpareceu na reunião desta semana entre Banco Central e economistas de mercado. Segundo um dos presentes no encontro, usado para preparar o Relatório de **Inflação** (RI), os comentários pintaram um cenário "bastante construtivo" (ver página C1) para os preços este ano. É uma diferença marcada em relação ao quadro pintado pelo questionário pré-Copom da última reunião. Nele, apenas 24% dos respondentes disseram ver risco de baixa para a **inflação** em seu cenário-base para 2023.

Dentro do governo, a expectativa também é que a pressão de baixa se materializará em algum momento. Em audiência no Senado na última terça-feira, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, chegou a declarar que haveria "surpresa" com o IPCA, que viria "um pouquinho menor que as expectativas". A declaração rapidamente foi reformada por assessores e pela própria ministra, que afirmou não ter recebido informação antecipada do IBGE e comentava apenas sobre mudanças no último boletim Focus e na ata do Copom. O IBGE divulga nesta sexta-feira, às 9h, o IPCA de abril. A mediana das expectativas colhidas pelo Valor Data é de alta de 0,55% no mês, após 0,71 % em março.

Em reunião na última semana em São Paulo com economistas participantes do Prisma Fiscal, o ministro Fernando Haddad também indicou esperar melhora das projeções. Um dos argumentos foi o de que o preço da gasolina no Brasil está defasado com o praticado no exterior. Segundo um dos participantes, ele afirmou que a redução poderia ser de até R\$ 0,50.

A última vez que a Petrobras reajustou a gasolina nas refinarias foi no início de março. Cálculos da StoneX mostram que a estatal poderia reduzir o preço em 15,6%, ou R\$ 0,49 por litro, para se alinhar aos valores praticados lá fora. Já o diesel, cujo peso no índice é menor, estaria defasado em R\$ 0,39, o que permitiria redução de 11,4%.

Um corte de 10% no preço da gasolina poderia tirar 0,2 ponto percentual do IPCA cheio, nos cálculos do

economista-chefe do Sicredi, André Nunes. "Como nada ainda foi anunciado até o momento, não sabemos como distribuir esse impacto, mas certamente vamos rever novamente o nosso número se o anúncio ocorrer", disse o economista, que atualmente espera **inflação** de 5,90% este ano.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187542>

Outro anúncio que pode ocorrer em breve e ter impacto significativo é sobre o gás de cozinha. Segundo noticiou o colunista do G1 Gerson Camarotti, a Petrobras estaria estudando cortar em R\$ 15 o preço do botijão. Esta mudança poderia tirar, sozinha, outro 0,15 ponto do IPCA cheio, diz Nunes.

A ASA Investments recentemente revisou para baixo sua própria estimativa, de 6,20% para 6%. Ainda assim, a pressão para este ano segue para baixo, diz o economista Leonardo Costa. "As nossas contas já incorporavam uma melhora nos preços da alimentação em domicílio, diante da contração que estamos vendo nos preços no atacado, e também um corte de 10% na gasolina. O que a gente não tinha era essa mudança no gás de cozinha, cuja defasagem de preço com o exterior ficou mais gritante só de duas semanas para cá", diz. Ele calcula em 0,2 ponto percentual o impacto de uma redução de R\$ 15 no preço do botijão.

Costa pondera que, embora as pressões de baixa mais claras estejam sobre alimentos e combustíveis, outros itens que impactam as medidas de núcleo de **inflação** também podem trazer surpresas positivas. É o caso dos bens industrializados, que se beneficiam da normalização das cadeias produtivas. Esse comportamento pode não ter aparecido ainda, diz, porque a demanda doméstica seguiu forte no primeiro trimestre.

Mesmo a dinâmica de serviços pode surpreender daqui para a frente. "Tenho um viés de baixa para a minha projeção, que é a queda mais acelerada dos serviços. Em fevereiro, o número veio bastante ruim, mas melhorou em março e essa trajetória pode ser confirmada agora", diz a economista-chefe do Banco Inter, Rafaela Vitória.

Ela aguarda o IPCA de abril para calibrar suas projeções, mas indica que elas podem apontar para baixo, uma vez que o câmbio pode ajudar mais ainda. Hoje banco estima que o dólar fecha o ano em R\$ 5, e a **inflação**, em 5,70%.

O contraponto a este cenário, diz, pode ser a atuação do governo para sustentar a demanda doméstica. "O mercado de trabalho segue forte e a massa salarial hoje é maior que 12 meses atrás. O governo critica os juros altos do BC, mas também age para alimentar a **inflação** com estímulos pontuais."

PT critica cortes e relator adia arcabouço

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Com críticas dos partidos de esquerda, e em especial do PT, às medidas de corte de gastos em estudo caso o governo não cumpra a meta fiscal estabelecida em lei, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA) decidiu ontem adiar para a próxima semana a apresentação do parecer ao projeto de lei do novo marco fiscal do país e consultar antes todos os partidos para buscar maior consenso.

Uma reunião com os líderes das bancadas da Câmara ocorrerá na segunda-feira em Brasília para Cajado apresentar as ideias para o arcabouço fiscal a eles. A divulgação do relatório pode ocorrer já na terça-feira, para dar tempo de votar a proposta em plenário. "Vou apresentar o relatório quando todos estiverem minimamente de acordo", disse.

Cajado pretendia divulgar o relatório ontem, após apresentá-lo ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que retornava de uma viagem aos Estados Unidos. Eles se reuniram, discutiram as conversas com os partidos nas últimas duas semanas e acabaram decidindo que o melhor é consultar todos os líderes sobre as alterações antes de tornar o texto público. O mais provável hoje é votar o requerimento de urgência na terça-feira em plenário e o mérito na quarta-feira.

"Estamos tendo dificuldades em alguns encaminhamentos porque existem membros, inclusive do Partido dos Trabalhadores, que integra o governo, que estão se posicionando contra. Então o governo precisa também se ajustar para ter um discurso único e definir quem fala pelo governo neste processo", reclamou Cajado.

O PT vem criticando a possibilidade de endurecimento do projeto enviado pelo governo, como, por exemplo, a obrigação de congelar os salários dos servidores se o Executivo não cumprir a meta fiscal estabelecida. A presidente do partido, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disse que as propostas "inviabilizam uma política anticíclica" e que Cajado "estará fazendo um mal ao país" se incluídas no relatório. Parte dos deputados do partido defende inclusive apresentar emendas para flexibilizar a proposta original do governo para permitir mais investimentos, mas o líder do partido, deputado Zeca Dirceu (PR), garantiu que não apoiará requerimento para votar essas emendas no plenário.

As medidas de corte de gastos são defendidas pelos

partidos de centro-direita e de direita. Para eles, o governo não pode se ancorar apenas em aumento da arrecadação. O projeto do ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), permite que as despesas tenham crescimento real (acima da inflação) de até 70% do incremento das receitas entre um ano e outro. Esse patamar terá um piso de 0,6% e um teto de 2,5% - além do reajuste inflacionário. Se a meta não for cumprida, as despesas terão que crescer 50% da alta da arrecadação.

Cajado disse que não quer incluir nenhum tipo de criminalização se o Executivo não atingira meta fiscal e nem criar "gatilhos draconianos", mas defendeu que é preciso criar normas que forcem o governo a de fato trabalhar para cumprir os objetivos fiscais estabelecidos na lei. Ele não especificou quais normas são essas, mas estão em estudo congelar concursos e reajuste de salário dos servidores ou impor corte de incentivos tributários.

Sítio: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187542>

Congresso pode aprimorar o novo regime fiscal (Editorial)

O novo regime fiscal será ao que tudo indica modificado pelo relator, o deputado Cláudio Cajado (PP-BA), incluindo mecanismos de revisão que possam dar condições para que a meta anual de resultados seja atingida. O projeto de lei complementar enviado pelo governo extinguiu a avaliação bimestral, que poderia ou não ser seguida de contingenciamento de despesas caso houvesse desvios da rota, e tornou-a trimestral, dispensando contenção de despesas preventiva. É um aprimoramento em um projeto que tem um defeito sério: depende demais do aumento de receitas e elas estão superestimadas, segundo avaliação da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados.

Cajado, próximo do presidente da Câmara, Arthur Lira, cogita reinstaurar mecanismos mais firmes de correção das metas, se elas não forem cumpridas. No projeto do governo, nesse caso, as despesas no exercício seguinte seriam reduzidas a 50% da variação real das receitas. O relator pode acrescentar a proibição de reajustes salariais do funcionalismo e de concessão de novos benefícios fiscais. A volta do contingenciamento quando o cumprimento da meta correr risco no decorrer do exercício fiscal é outra probabilidade.

O movimento corretivo do projeto não é o único em andamento. O PT e seus aliados à esquerda pretendem impedir mudanças "liberais" como as aventadas por Cajado e, por incrível que pareça, apresentar propostas que mudam o projeto do governo petista. Entre as mudanças estariam a exclusão do Bolsa Família do limite orçamentário e a ampliação do limite máximo de variação real das despesas, de 2,5% para 4,5% - ou seja, a média do período de 1988 a 2022. O limite de despesas de 70% da variação real seria elevado para 90% (Folha de S. Paulo, ontem). Em suma, o PT, se levar à frente a iniciativa, ajudaria a destruir a essência de um projeto vital para o governo do PT.

Ainda que o governo consiga aprovar o novo regime como ele está, a relação entre a dívida bruta e o **PIB** não se aproximará da estabilização e se situará bem acima da projeção original de 76,6% do **PIB** em 2026. Segundo o relatório da consultoria, "ausentes modificações no sistema de referência da receita que possam acarretar aumentos na arrecadação federal, a probabilidade de realização de valores na magnitude esperada pelo Poder Executivo, no próximo triênio, é

próxima de 35%". A previsão de receitas líquidas feitas pelo governo é mais otimista que as de mercado.

Para obter déficit primário zero no ano que vem será necessário um aumento de receita líquida de R\$ 100 bilhões e manter seu nível em 18,6% do **PIB**.

As projeções de despesas, por outro lado, são críveis, embora haja reparos feitos pela consultoria legislativa. Não há previsão de concessão de reajuste real do salário mínimo, que afeta praticamente a metade das despesas que estão sujeitas ao teto de gastos.

Não se justifica, por outro lado, a exclusão dos recursos destinados ao pagamento do piso de enfermagem, uma despesa primária obrigatória da União, do teto. Isso "cria precedente para que outras despesas de mesma natureza, ainda que meritórias, sejam também excluídas" no futuro. Além disso, a redução de 70% para 50% da variação das despesas em relação a receitas líquidas, em caso de não cumprimento da meta de resultado primário, pode, segundo o relatório, ser insuficiente para a correção de rota nos primeiros anos de vigência do novo regime fiscal. Por fim, ao não classificar precatórios como despesa orçamentária no projeto de lei, contraria o procedimento habitual e "abre brecha para eventos semelhantes poderem se valer do mesmo argumento".

O relatório é de clareza lapidar em suas premissas básicas: "Quanto maior é a dívida e a taxa real de juros, e quanto menor o crescimento econômico, maior será o superávit necessário para estabilizar o crescimento da dívida". A distância entre a projeção do governo e a do mercado é enorme para a relação dívida-**PIB** em 2026: 87,5% ante 76,6%. Os técnicos fizeram uma estimativa intermediária, supondo que o resultado primário se dará no piso da banda de variação, com superávit a partir de 2025. Nessa condição, a relação dívida-**PIB** seria de 82,3%, quase 6 pontos percentuais acima da projeção oficial. Com um agravante: ela "exige forte compressão das despesas primárias discricionárias", o que pode afetar a viabilidade do regime.

Mais elucidativo é considerar como crescimento e juros se compõem para viabilizar ou não a estabilização da dívida em 76% do **PIB**. Com juro real de 2% e crescimento de 1,5%, um superávit de 0,4% faria o serviço. Com juro real de 4%, mais próximo da

taxa neutra, o superávit teria de ser quase 5 vezes maior, de 1,9%. Com crescimento de 2,5% ou 3% e juro real de 2%, o governo poderia ter até pequenos déficits (-0,4% e -0,8%). Com juros de 4% ainda, o superávit primário proposto, de 1% a partir de 2026, somente estabilizaria a dívida a partir daí caso o **PIB** avance 2,5% ou mais. Se o crescimento for baixo, de 2%, o superávit de 1% do **PIB** só será suficiente se a taxa de juros real cair para perto de 3%.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20230511/>

Inflação, meta e arcabouço fiscal dominam reuniões do BC

Victor Rezende e Gabriel Roca De São Paulo

A dinâmica da **inflação** no Brasil e as discussões sobre quando será possível dar início a uma flexibilização da Selic estiveram entre os principais pontos de debate entre economistas de mercado nas três reuniões privadas realizadas ontem pelo Banco Central. Nas reuniões, os presentes apresentaram cenários que abarcavam uma melhora nas perspectivas para a **inflação** neste ano, mas a preocupação com o comportamento dos preços de serviços dividiu analistas.

Foi a estreia de um novo formato das reuniões trimestrais realizadas pela autoridade monetária. Com a intenção de que mais participantes apresentem seus cenários, o BC realizará mais encontros com menos participantes em cada um. As reuniões têm como objetivo fomentar ideias para a confecção do Relatório de **Inflação** (RI), publicado trimestralmente. A próxima edição do documento será divulgada pelo BC em 29 de junho.

O Valor conversou com economistas que participaram dos três encontros em condição de anonimato. Entre os temas abordados, dois mostraram convergência de opiniões em particular: as reações ao arcabouço fiscal e as possíveis consequências das discussões sobre o nível das metas de **inflação**.

Tanto na primeira reunião quanto na terceira, as opiniões expressadas sobre o arcabouço fiscal mostraram coordenação com avaliações feitas anteriormente pelo próprio Banco Central, diante do apontamento de que a apresentação da proposta elimina riscos de cauda de explosão da dívida. Na primeira reunião, inclusive, economistas levantaram a hipótese de o projeto do governo sair mais duro, o que seria visto com bons olhos pelo mercado.

Já no segundo encontro, houve entre os economistas quem expressasse preocupação maior com uma possível expansão da política parafiscal e com efeitos do aumento de gastos na atividade. Foi consensual nas três reuniões um cenário de surpresa com o desempenho da atividade econômica. No entanto, na segunda reunião, participantes debateram sobre os motivos para a força da economia vista no primeiro trimestre.

"Os economistas se mostraram, no geral, mais construtivos com a atividade no curto prazo, com números acima de 1% para este ano, mas há uma preocupação com efeito numa abertura mais lenta do hiato do produto, possivelmente respingando na **inflação**", diz um dos presentes na segunda reunião. "No caso de ter uma participação do fiscal nesse desempenho do crescimento, essa preocupação com a **inflação** é maior, já que se for só ajuda do agro ajudaria a baixar os preços, com uma oferta maior no curto prazo." Na primeira reunião, as projeções para o crescimento deste ano ficaram entre 0,9% e 1,5%, com o setor agrícola como grande destaque, assim como a resiliência do mercado de trabalho no primeiro trimestre. Um dos participantes apontou que ainda vê o segundo trimestre dando sinais de um começo ainda forte, enquanto a maioria continua a esperar por uma desaceleração à frente.

As discussões sobre a meta de **inflação** também marcaram presença nos três encontros. No geral, economistas apontaram que, caso o ponto central da meta de **inflação** seja mantido em 3%, é possível que a distância entre as expectativas inflacionárias de médio prazo e a meta diminua, o que poderia abrir espaço para uma redução de juros mais cedo. No caso de aumento do nível das metas, economistas veem uma postergação do início da flexibilização, já que o BC poderia precisar de mais tempo para observar a dinâmica das expectativas.

Um profissional que esteve presente na terceira reunião do dia diz que houve debates em torno da taxa de juros neutra, que o BC indica hoje ser de 4% em termos reais. Segundo a fonte, alguns participantes manifestaram que trabalham, no momento, com taxas reais de equilíbrio maiores, em torno de 5%, e que veem pouca probabilidade de o juro neutro no país estar nos níveis praticados pelo BC. "A sensação é de que, apesar de haver alguma divisão, a maioria do mercado ainda trabalha com um nível de juro neutro mais próximo do calculado pelo Banco Central." O economista revela que também há uma divisão relacionada ao momento dos cortes de juros pelos participantes da terceira reunião. "De maneira geral, aqueles que esperam cortes ainda neste ano veem o início de uma convergência das expectativas de **inflação** mais cedo, muito porque não esperam que o governo revise a meta de **inflação**. Aqueles que trabalham com uma mudança de meta também

acabam esperando cortes de juros só em 2024", afirma.

Na primeira reunião, por outro lado, o cenário de juros foi pouco debatido, ao depender de outros tópicos. Poucos participantes falaram de possibilidade de cortes na Selic já em agosto e a maioria indicou redução em setembro ou na reunião de novembro. Dois participantes destacaram, ainda, que nenhum dos cenários expostos na reunião indicava uma Selic parada em 13,75% até 2024.

Embora tenha havido alguma incerteza sobre a dinâmica de **inflação**, participantes revisaram para baixo os números esperados para o IPCA neste ano nas três reuniões. "Dos motivos que surgiram, a queda dos preços de commodities e o dólar mais fraco na margem ajudaram, devido ao efeito nos preços de alimentação e de bens", diz um profissional que esteve presente na primeira reunião.

Houve, porém, divergência em relação à dinâmica da **inflação** de serviços e dos núcleos de **inflação**. De acordo com ele, a maioria dos que expuseram o cenário apontou que os núcleos continuam pressionados, assim como a parte de serviços da **inflação**, e que o processo desinflacionário tende a ser mais lento. Outra ala dos economistas, porém, acredita que os núcleos e a **inflação** de serviços podem exibir uma convergência mais rápida. "Há uma sensação geral de que a desinflação de bens vai ajudar. Em relação a serviços tem um pouco mais de briga", afirmou.

Site:

<https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50274>